



Departamento de Sociologia

Movimentos anti austeridade portugueses e o Facebook: Um estudo de caso dos movimentos *Geração à Rasca* e *Que se lixe a troika!*

Mariana de Bernardes Cartaxo Serra Santos

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Comunicação Cultura e Tecnologias da Informação- Comunicação e Política

Orientador(a):  
Professor Doutor Pedro Pereira Neto, Professor Auxiliar  
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2018



Departamento de Sociologia

Movimentos anti austeridade portugueses e o Facebook: Um estudo de caso dos movimentos *Geração à Rasca* e *Que se lixe a troika!*

Mariana de Bernardes Cartaxo Serra Santos

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Comunicação Cultura e Tecnologias da Informação- Comunicação e Política

Orientador(a):  
Professor Doutor Pedro Pereira Neto, Professor Auxiliar  
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2018

## **Agradecimentos**

Queria começar por agradecer, de forma geral, a todos aqueles que, seja de que forma tenha sido, ajudaram a concretizar não apenas esta dissertação, mas o próprio currículo de mestrado.

Em segundo lugar, queria agradecer ao meu orientador, o Professor Doutor Pedro Pereira Neto, pela paciência, disponibilidade e amabilidade que sempre mostrou ao longo da produção desta dissertação, bem como pelos seus conselhos valiosos que enriqueceram este projeto.

Gostaria ainda de agradecer ao João Labrincha, Marco Marques, João Camargo, Alexandre Sousa e Paula Gil, pela simpatia, disponibilidade em serem entrevistados e pela ajuda que me foi por eles oferecida, sem a qual produzir esta dissertação teria sido impossível.

Por último, gostaria de agradecer à minha família: aos meus irmãos e irmã, aos meus pais, por me terem ajudado e por terem permitido que eu seguisse esta oportunidade, à minha avó, pelo apoio fundamental, e ao meu namorado, por me impedir de desistir.

## Resumo

A disciplina dos movimentos sociais tende a olhar para a utilização das novas TIC, mais recentemente das redes sociais, com um olhar otimista em relação à sua importância, enquanto ferramenta de mobilização e organização para os movimentos. Não obstante à teorização, a experiência dos fundadores dos movimentos será o mais valioso contributo para entender, na verdade, a verdadeira extensão da relevância da utilização deste tipo de plataformas para os movimentos, e se a visão otimista é, alias, uma visão realista.

Esta dissertação procura, deste modo, fazer uma caracterização do papel que o Facebook teve para os movimentos anti austeridade portugueses, *Geração à Rasca* e *Que se lixe a troika!*, através de uma análise qualitativa do testemunho de vários membros fundadores dos movimentos.

Que o Facebook teve um papel importante para os movimentos é inquestionável. No entanto, não foi a única ferramenta utilizada nem a mais relevante para a comunicação externa e interna dos movimentos, na verdade, apesar da sua importância, o Facebook foi um meio para atingir um fim, ou seja, o Facebook foi uma primeira abordagem em termos de comunicação, mas se tivesse sido apenas pelo Facebook os movimentos, possivelmente, não teriam tido a aderência que acabaram por ter, sendo os meios de comunicação tradicionais ferramentas imprescindíveis e a rede social uma forma de atingir um mediatismo e uma abrangência que lhes permitisse chegar a outros meios de comunicação. Não obstante, o Facebook, no seu papel, foi uma ferramenta bastante relevante e decisiva para a comunicação externa primária dos movimentos.

**Palavras-chave:** Participação Política, Movimentos Sociais, Movimentos Anti austeridade, Facebook, Comunicação.

## **Abstract**

Social movements studies have a tendency of looking at social movements usage of new ICT's, more recently the social media, with an optimistic eye regarding their relevance, as a movements mobilization and organization tool. Regardless the theory, the experience of the movements founders it's the most valuable contribute to really understand the extension of the relevance of movements using this type of platforms, and if this optimistic view is, in fact, a realistic one.

Thus, this dissertation seek to make an characterization of Facebook's role on Portuguese anti austerity social movements, *Geração à Rasca* and *Que se lixe a troika!*, through a qualitative analysis of the testimony of several founding members of both movements.

That Facebook had an important role on these movements, it's unquestionable, however, Facebook wasn't the only tool used or the most relevant for the movements internal and external communication and, although its relevance, Facebook was a mean to reach an end, meaning Facebook was the first communication approach, but if there were been only Facebook, possibly, the movements hadn't had the same adherence, being the traditional means of communication essential tools and the social network a way to obtain certain media attention and scope that allowed movements to reach other means of communication . Nevertheless, the Facebook was very relevant e decisive tool for movements primary external communication.

**Keywords:** Political Participation, Social Movements, Anti-austerity movements, Facebook, Communication.



## ÍNDICE

I.	INTRODUÇÃO	1
II.	ESTADO DA ARTE	3
1.	MOVIMENTOS COMO PARTICIPAÇÃO SINTOMÁTICA	3
1.1	Cidadania e Participação Política	3
1.2	Movimentos sociais, crise e representação no contexto pós-democrático	6
1.2.1	Ação coletiva e as massas	11
1.2.2	A relevância da doutrina marxista	12
1.2.3	Movimentos e Repertórios de Ação	13
1.3	Movimentos sociais na sociedade de rede e novos “novos” movimentos sociais	14
2.	MOVIMENTOS COMO O PRODUTO DAS OPORTUNIDADES E O FACEBOOK	18
2.1	Novas TIC e a mobilização de recursos	18
2.2	Identidade e redes na era digital	21
2.3	A importância das oportunidades políticas	24
III.	NOTA METODOLÓGICA	27
1.	MÉTODO	27
2.	AMOSTRA	29
IV.	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	31
1.	PERCEÇÃO DO ESTADO SOCIOECONÓMICO E POLÍTICO PORTUGUÊS, PRÉ MOVIMENTOS	31
2.	IMPORTÂNCIA DO FACEBOOK PARA OS MOVIMENTOS	33
2.1	Identidade coletiva de privação e o Facebook	33
2.2.	Importância percebida	35
3.	UTILIZAÇÃO DO FACEBOOK POR PARTE DOS MOVIMENTOS	37
3.1	Fonte de organização e comunicação interna	37
3.2	Fonte de comunicação e mobilização externa (identidade)	39
3.3	Papel de outros movimentos transnacionais	41
4.	RESULTADO DAS OPORTUNIDADES POLÍTICAS E TECNOLÓGICAS	43
V.	CONCLUSÕES	45
VI.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47
VII.	ANEXOS	53
	ANEXO A- Guião utilizado nas entrevistas semiestruturadas	53





## I. INTRODUÇÃO

Em 2008, rebentava a “bolha” do mercado imobiliário dos E.U.A, produzindo danos colaterais significativos por todo o mundo, resultado da globalização e internacionalização. A banca e o setor financeiro mundial foram gravemente afetados, e as consequências desta traduziram-se em crises da dívida soberana de vários países europeus, incluindo Portugal. O, na altura, governo socialista, e, posteriormente após a sua demissão, o governo Social Democrata, na tentativa de amenizar os efeitos da crise vão adotar um conjunto de medidas de austeridade baseadas no corte orçamental para equilíbrio das contas públicas, medidas estas acordadas sobre o pedido de auxílio ao BCE sobre supervisão da Troika, organismo de supervisão composto pelo BCE, FMI e Comissão Europeia.

Simultaneamente ao clima de austeridade que havia em Portugal, começa a irromper uma nova vaga de participação política informal, associada ao uso crescente das redes sociais. Surge, deste modo, um novo paradigma de participação política. No entanto, apenas após a Primavera Árabe a literatura começou na verdade a entender o potencial que as redes sociais *online* têm como forma de mobilização e organização política de protesto. Aproveitando todas as vantagens que estas plataformas trazem a nível de comunicação em rede, membros da sociedade civil portuguesa vão aproveitar o Facebook para criar movimentos civis e ações de protesto contra as medidas de austeridade.

Com a evolução das novas tecnologias da informação e comunicação surge, assim, a literatura tem vindo a desenvolver novos conceitos que ligam diretamente os movimentos sociais e as novas TIC. É neste sentido que se torna necessário estudar não só o fenómeno, mas as suas características, mais concretamente, como é que a utilização deste tipo de tecnologias permite a criação, desenvolvimento e sustentabilidade destas formas de participação política.

Deste modo, a grande problemática desta dissertação trata da relação entre a rede social Facebook e os movimentos anti austeridade portugueses, nomeadamente os movimentos *Que se lixe a troika* e *Geração à Rasca*. O objetivo desta dissertação é compreender a utilização e o papel da rede social nos principais aspetos de mobilização e organização destes movimentos. A análise da literatura académica já produzida traduzir-se-á, deste modo, em duas problemáticas paralelas, por um lado os movimentos como o produto da conjuntura e, por outro, os movimentos como resposta às oportunidades. Posteriormente, da leitura dos contributos académicos e da análise dos dados recolhidos empiricamente, estabelecer-se-á uma análise do papel que o Facebook teve enquanto ferramenta, bem como a sua importância para os movimentos.



## II. ESTADO DA ARTE

### 1. MOVIMENTOS COMO PARTICIPAÇÃO SINTOMÁTICA

Neste subcapítulo, irá ser abordada a literatura que trata dos movimentos sociais como um sintoma da democracia, ou, por outro lado, como um sintoma da crise económica e da crise representativa da democracia enquanto sistema, adereçando, em primeiro lugar, o conceito de cidadania, e a relação entre a participação política e cidadania, posteriormente.

#### 1.1 Cidadania e Participação Política

A participação política é um fenómeno que está intrinsecamente ligado a um outro conceito, o conceito de cidadania, sendo que ambos os conceitos serão abordados no contexto de regime democrático.

O próprio conceito, que nasce em Atenas na Grécia Antiga, estava intrinsecamente ligado a uma participação ativa na condução da vida pública, o conceito de cidadão era o de membro da *polis* (Manville, 1990). A cidadania tem assim a sua génese na concessão de direitos políticos, o que estará invariavelmente sempre ligado ao conceito.

Os próprios direitos que estão associados a este estatuto têm vindo a expandir-se ao longo do tempo. Marshall (1950), apresenta a cidadania como um conjunto de três categorias de direitos. O autor atribui à cidadania a capacidade de gozar de direitos políticos, direito a eleger os seus representantes/governantes e a ser eleito; direitos civis, como o direito à liberdade ou propriedade privada; e, mais recentemente, os direitos sociais, como o direito à educação ou à saúde, muitas vezes referidos como direitos económicos, direitos que nascem associados ao desenvolvimento do Estado Social e provedor. Para que possamos considerar a participação política e os movimentos sociais como resposta sintomática, é necessário considerar a dinâmica entre cidadania, democracia e participação.

Focar-nos-emos nos direitos políticos. Como vimos anteriormente, os direitos políticos prendem-se com o direito a eleger os nossos representantes políticos, a sermos eleitos e o direito a participar ativamente, por vezes indiretamente, na condução da vida em sociedade. Estes direitos comportam ainda um conjunto de liberdades que estão, conseqüentemente, associadas aos regimes democráticos por razões claras, como a liberdade de expressão e o direito a manifesta-la, a liberdade e tolerância política e a liberdade de associação. É fácil entender a associação entre estes direitos e a democracia, basta considerarmos a definição de democracia de Schumpeter (1947). O autor afirma que a principal característica que diferencia os sistemas democrático dos

que não o são é o facto da democracia representar um “arranjo institucional” no qual as decisões políticas são tomadas por pessoas que obtêm a legitimidade e poder de decidir através de uma competição aberta “destinada a obter o voto popular” (Schumpeter, 1947).

A participação política é, assim, não apenas um direito dos cidadãos, mas representa uma dimensão importante não só para a subsistência da democraticidade do regime, mas como define a sua própria existência. É claro que a participação não é o único, ou até mesmo mais importante, indicador para definir a qualidade da democracia: questões como as oportunidades dos cidadãos de expressar as suas preferências e a capacidade de influenciar as decisões dos eleitos (Dahl, 1971), por exemplo, são questões que definem a efetividade democrática. Não obstante, a participação é, e tem de ser, uma constante no processo.

Analisada a importância da participação política para a democracia, importa definir conceptualmente *participação política*. A literatura apresenta várias definições para o conceito, no sentido tradicional a participação política representa as ações voluntárias levadas a cabo pelos cidadãos, com vista à escolha dos seus governantes, bem como à formulação de uma opinião pública (McClosky, 1968). No entanto, esta definição é bastante singela, pois é, paradoxalmente, demasiado abrangente e, simultaneamente, demasiado simples. O fenómeno apresenta, atualmente, uma complexidade bastante maior. Esta complexidade pode ser vista na definição de Pasquino (2002) que afirma o fenómeno como “o conjunto de atos e atitudes que aspiram influenciar de forma mais ou menos direta e mais ou menos legal as decisões dos detentores do poder no sistema político ou em organizações políticas particulares, bem como a própria escolha destes, com o propósito de manter ou modificar a estrutura do sistema de interesses dominante.” (Pasquino, 2002). Esta definição é bastante mais completa, pois permite englobar em si novas formas de participação que não as tradicionais, como formas de participação não direta ou ilegais.

Deste modo, existe alguma ambiguidade no que concerne a conceptualização de *participação política* e a inclusão, ou não, de fenómenos ligados à participação *online*. Alguns autores críticos sobre este tipo de participação afirmam que esta não deve ser considerada pois raramente vai além de uma mera forma de comunicação política, sendo a questão diferenciadora a motivação (Hosch-Dayican, 2014). Consideremos, para o caso, a definição de Pasquino (2002), existe uma motivação subjacente de “influenciar” as decisões dos governantes, o que nem sempre é uma constante na participação *online*, por exemplo, enviar um mail a um dirigente ou partido, pode qualificar-se como participação política, pois existe uma intenção clara de exercer algum tipo de influência, no entanto, seguir apenas numa rede social uma determinada figura

política já não se pode qualificar de participação pois não existe uma motivação manifesta de influenciar os detentores de poder com vista à mudança. Deste modo, pode, ou não, existir participação política *online*, dependendo da motivação subjacente à atitude ou ação.

A participação política está ligada ao sistema democrático, podendo ser este fenómeno um sintoma claro do estado do mesmo. Sendo que, como veremos de seguida, certos tipos de participação são a resposta a certos tipos de sistemas.

Os movimentos sociais constituem-se como participação política “informal”, no sentido em que se encontram à margem das instituições políticas. Algumas das características diferenciadoras deste tipo de participação estão presentes na própria conceptualização do fenómeno dos autores que sobre ele teorizam. Wilkinson (1971) afirma os movimentos sociais como o conjunto de esforços coletivos de um determinado grupo de indivíduos, que possuindo algum tipo de organização, ainda que mínimo, tem por objetivo a produção de mudanças, sem relação com a direção ou meios utilizados na reivindicação. Os movimentos sociais são ainda caracterizados por compreenderem um conjunto de crenças e opiniões que são transversais aos indivíduos que neles participam, uma crença partilhada, que, por sua vez, comporta um desejo de mudança de certos aspetos da sociedade ou da vida social (McCarthy e Zald, 1977).

Diani (1992) vai definir movimentos sociais como um conjunto de ações de protesto, realizadas por indivíduos membros do movimento, contra “alvos” definidos, sendo que estes participantes estão ligados entre si por redes de informação relativas ao movimento, partilhando uma identidade comum distintiva da restante sociedade. Estas ações levadas a cabo pelos indivíduos, afirma o autor, procuram produzir mudanças sociais, Goodwin e Jasper (2003), por outro lado, apresentam uma definição, paradoxalmente, mais simples e abrangente. Os autores caracterizam os movimentos sociais como os esforços coletivos da sociedade civil com a intenção de mudar certos aspetos da sociedade em que se inserem, através de meios extrainstitucionais.

Podemos, deste modo, salientar algumas dimensões caracterizadoras deste tipo de participação: uma dimensão identitária, a existência de uma partilha de crenças e opiniões entre os membros que formam a identidade coletiva do grupo que, deste modo, os destingue da restante sociedade; outra estrutural e organizacional, pois estabelecem algum tipo de organização, seja ela de que natureza for; outra operacional, pois os indivíduos participam e estabelecem ações de protesto; e, por fim, uma dimensão relativa aos seus objetivos, os movimentos visam influenciar e produzir mudanças sociais (Diani, 1992; Zald e McCarthy, 1977; Wilkinson, 1971).

## 1.2 Movimentos sociais, crise e representação no contexto pós-democrático

A sociedade ocidental assistiu a profundas mudanças na segunda metade do século XX, não só a nível cultural e tecnológico, mas também no próprio papel do estado. A disseminação do *welfarestate* e do papel do Estado como protetor dos cidadãos foi, no último quarto do século XX, sendo progressivamente substituída pelas ideias económicas neoliberais e capitalismo puro, em que a sociedade deu lugar ao mercado, o cidadão ao consumidor, e as antigas formas de cidadania foram dando lugar a um cidadão cada vez mais apolítico (Turner, 2013). Esta mudança no papel do estado levou a uma desproteção do cidadão, o que provocou consequências na própria participação política. É a esta nova ordem que a academia dá o nome de *pós-democracia*. A *pós-democracia*, seria então uma nova forma de democracia baseada na sociedade de mercado dominada pelo neoliberalismo económico, caracterizada pelo rompimento entre a esfera social e política (Siapera, 2017).

A participação política dos cidadãos neste contexto apresenta características interessantes. A democracia existe, apesar da metamorfose; ou seja, as eleições são constantes e produzem os efeitos normativos, não obstante, é no papel do próprio cidadão no processo que as mudanças ocorrem. A competição política está dominada por governos e elites, que não só dominam a profissionalização política, como representam os interesses económicos. O debate político está assim centrado num pequeno conjunto de assuntos que interessam, sobretudo, às elites económicas, sendo que os cidadãos estão subjugados a um papel passivo no processo político, fazendo as suas escolhas políticas através das “pistas” que lhes são transmitidas pelas elites através de mecanismos de comunicação e *marketing* político (Colin, 2004).

O pensamento de Colin (2004) não é recente. Antes deste, autores como Pareto (1935) e Mosca (1939), com a Teoria das Elites, ou, Adorno e Horkheimer (1944), posteriormente, com a Teoria Crítica da Escola da Frankfurt, teriam já refletido acerca da existência de elites e do seu papel na sociedade.

Pareto (1935) e Mosca (1939) contribuíram para o debate político com a sua Teoria das Elites, ambos afirmavam como inevitável a existência de elites na sociedade. Pareto acrescenta mesmo que esta inevitabilidade era o resultado da própria natureza humana, pois mesmo dentro da espécie não seríamos todos dotados de capacidade e habilidades da mesma forma. Bourdieu (1991), por outro lado, introduz a noção de capital cultural, afirmando que a concentração de capital e o domínio de uma elite é mais provável quanto menores forem os instrumentos materiais e culturais, necessários à participação política, que possui a restante classe.

Para Mosca e Pareto, as elites teriam sempre uma predisposição para governar as massas, e concentrariam toda a forma de privilégio e poder político, pois como

minoria, gozariam de uma organização que lhes permitiria governar sobre os restantes (Mosca, 1939), o que aconteceria era apenas uma mudança, ou circulação, das elites no poder (Pareto, 1935). Não obstante, os autores tendem a concordar que mesmo possuindo o controlo do poder político nenhuma elite conseguiria manter este controlo apenas recorrendo ao uso da força, independentemente do regime político. Para a manutenção do poder, escolha lógica para a obtenção de benefícios pessoais, a elite precisaria também do apoio da classe governada. Deste modo, a classe governante teria de considerar também os desejos e aspirações dos seus subalternos, que poderia mesmo coincidir com os seus, de forma a consolidar o poder (Delican, 2000).

Adorno e Horkheimer (1944), por sua vez, centram a sua análise crítica à sociedade industrial e capitalista, e à forma como a comunicação de massas, pobre em conteúdo, seria utilizada para perpetuar o sistema capitalista e a dominação de uma classe sobre a outra. Os autores afirmam a influência do modo de produção capitalista industrial sobre a produção cultural; esta começou mesmo a adotar características anteriormente encontradas na produção de bens, como a uniformização e a massificação, numa perspetiva de mercado, tentando satisfazer a procura coletiva procurando a obtenção e maximização do lucro. A própria produção cultural, atribui ao individuo um sentimento de carência, que se traduz num desejo de consumo, o que auxilia o sistema capitalista. O próprio espírito crítico do individuo é perdido no processo, e este torna-se, ao comprar esta cultura, ele próprio estandardizado, ficando desprovido da capacidade de pensamento crítico. A liberdade é ela própria uma ilusão, uma vez que o individuo apenas é livre para escolher de entre as opções, idênticas, que lhe são apresentadas.

Crouch (2004), por sua vez, afirma que o neoliberalismo e o sistema capitalista, bem como a globalização económica, traduziram-se num retrocesso na própria democracia. O mercado e o estreitamento da sua relação com a esfera política têm resultado num declínio de poder dos próprios governos, que vêm a sua ação restrita no que concerne à esfera económica. Esta falta de poder e capacidade de controlo, leva à própria diminuição das instituições democráticas nas decisões políticas, ou à sua crescente irrelevância, uma vez que estas vêm a sua capacidade de ação diminuída por instâncias transacionais, sendo a sua autoridade substituída por instituições especializadas, como, por exemplo, o BCE ou FMI.

Crouch, afirma então que esta dependência da política pelo mercado leva, conseqüentemente, a uma crescente desproteção dos cidadãos face ao mercado, e a um declínio do próprio estado social. Apesar das eleições constantes e certa rotatividade eleitoral, a *pós-democracia* de Crouch é caracterizada por um paradoxo, uma vez que os aspetos formais da democracia são mantidos e desenvolvidos, no entanto, a própria

democraticidade do sistema está comprometida pois os governos estão constituídos pelas elites e para as elites. O sistema político está ele próprio controlado por um grupo de “profissionais” e o debate político limitado aos temas que a estes são convenientes (Crouch, 2004).

O pai da sociologia francesa, Émile Durkheim, introduz um conceito importante, ao qual a academia tem vindo a recorrer para a explicação do fenómeno que traduz o decréscimo da participação política tradicional dos cidadãos. *Anomia Social* é o termo que caracteriza a alienação dos cidadãos face a grandes e rápidas mudanças socioeconómicas e/ou grandes crises económicas. Esta alienação é o resultado da dissolução dos sistemas de apoio, o que se irá traduzir numa procura dos cidadãos de novas redes como forma de aliviar esta alienação (Gill, 1999).

Esta *anomia* ou alienação, resulta, na verdade, em formas de participação política bastante distintas. Não só em novos tipos de engajamento, mas em novas formas de alienação derivadas de formas de participação mais informal. Existe, na verdade, uma problemática na questão da ação coletiva introduzida por Mancur Olson (1965), que afirma que existe, especialmente em movimentos que comportam um maior número de indivíduos, o problema dos “*Free Riders*”; ou seja, indivíduos que, tendo consciência da coletivização dos benefícios futuros, optam, racionalmente, por não atuar de forma a atingir estes benefícios ou interesses do grupo, ou seja, escolhem não participar pois à priori saberiam que conseguiriam usufruir do benefício sem o custo de participação.

No entanto, seria erróneo considerar uma diminuição e declínio da própria participação política como um todo. O fenómeno recente representa, na verdade, uma mudança na atenção política, o desenvolvimento de novos alvos e a criação de novos modelos de participação política (Van de Donk *et al.*, 2004). Neste sentido, é interessante recorrer a alguma da literatura clássica desenvolvida no final do século XIX e no século XX acerca da ação coletiva e novas formas de participação política, como os movimentos sociais.

A literatura parece apontar para uma outra teoria, que aliada à *anomia* social, parece ajudar a compreender os motivos por detrás da participação informal em contextos de crise económica, a Teoria da Privação Relativa (Fromm, 1941; Hoffer, 1951; Kornhauser, 1959). *Privação Relativa* refere-se ao sentimento de um indivíduo em relação a um grupo, em que existe a perceção de que o mesmo se encontra numa posição de desvantagem em relação ao grupo onde se insere (Geschwender, 1964), ou seja, numa relação de privação, ou desvantagem, em relação a algo que um determinado grupo possui. Como o próprio nome indica, esta privação é relativa na



medida em que é o resultado de uma comparação com o “outro”, por oposição à privação real ou absoluta.

Esta percepção representa uma discrepância clara entre as expectativas e a realidade do sujeito (Gurney e Tierney, 1982), no entanto o próprio conceito de privação relativa evoluiu, a privação relativa importa, uma insatisfação individual aliada à crença de que é possível alcançar melhores condições, sendo que estes fatores têm um impacto significativo na participação na forma de protestos e ativismo (Fuks e Mendonça, 2015; Santos, 2006).

Deste modo, os movimentos sociais podem constituir-se e emergir entre grupos de indivíduos que partilham entre si um sentimento coletivo de privação relativa (Morrison, 1971). Davies (1962), um dos maiores nomes a teorizar a privação relativa, acrescenta: “as revoluções têm maior probabilidade de ocorrer quando a um período prolongado de desenvolvimento económico e social se segue um período de retrocesso”.

Existem dois focos essenciais da literatura no que concerne à relação entre a participação política e a privação relativa, o primeiro trata da privação relativa como fator explicativo da emergência dos movimentos sociais, o segundo trata desta como fonte explicativa da participação individual. Ambos estão claramente relacionados, pois a emergência da participação e a disponibilidade definem a própria existência e emergência de um movimento. No entanto, empiricamente, a literatura não consegue afirmar uma relação causal óbvia entre o sentimento de privação relativa e a emergência dos movimentos sociais, no entanto, consegue provar a existência deste fenómeno junto dos participantes destes movimentos, apesar de não conseguir justificar a emergência dos mesmos pela privação relativa (Gurney e Tierney, 1982).

De forma a entendermos de que maneira a percepção da privação relativa tem influência nos movimentos, importa considerar de que forma é criada esta percepção, ou seja, de que forma é estabelecida junto dos indivíduos e a forma como os movimentos a usam para sua vantagem. As teorias que melhor se coadunam a este esclarecimento, são as Teorias de Enquadramento.

Para compreender a Teoria, importa compreender o processo, ou o conceito. Goffman (1974), afirma que os indivíduos têm a necessidade cognitiva de interpretar o mundo à sua volta, neste sentido, *enquadramento* diz respeito aos “esquemas” utilizados pelos indivíduos para interpretar a realidade, ou seja, o processo através do qual as pessoas desenvolvem uma “conceptualização” específica, ou reorganizam as suas ideias, em relação a uma mensagem ou assunto (Chong & Druckman, 2007). Goffman (1974) vai apoiar-se no conceito de *moldura/enquadramento* de Bateson (1972). O último afirma que toda a comunicação é dotada de mensagens meta

comunicativas e que a compreensão dessa comunicação não pode ser feita sem a própria análise dessa mensagem meta comunicativa acerca da realidade, ou seja, sem a interpretação ou enquadramento (Tannen, 1993).

Mas a nossa compreensão do mundo torna-se, muitas vezes, uma compreensão mediada, não só pelos meios de comunicação, como pela própria interação social. Assim, o enquadramento enquanto processo de interpretação da realidade deixa de estar apenas situado no campo psicológico, passando para o campo sociológico. Por exemplo, os meios de comunicação têm uma capacidade considerável de modificar o enquadramento social de interpretação (Ardèvol-Abreu, 2015).

Em termos comunicativos, ou de comunicação mediada, o enquadramento é visto como um processo através do qual certos aspetos da realidade são selecionados e aos quais é dado maior importância de maneira a que a mensagem, ou problema em questão é definido de uma certa forma (Entman, 1993). Neste sentido, o enquadramento atrai determinados aspetos da realidade em detrimento de outros (Ardèvol-Abreu, 2015). O enquadramento da mensagem tem uma importância relevante na forma como construímos a nossa “realidade social” (Goffman, 1974), ou seja, este processo é passível de gerar *framing effects*, por outras palavras, consequências, na medida em que uma determinada forma de apresentar a realidade pode produzir mudanças de opinião (Chong & Druckman, 2007).

Este processo é particularmente interessante no estudo dos movimentos sociais e ação coletiva. O processo de enquadramento na ação coletiva compreende um conjunto de crenças e significados transmitidos que procuram legitimar e estimular os movimentos sociais, ou seja, os enquadramentos, neste contexto, visam a simplificação da realidade de forma a conseguir mobilizar apoiantes para o movimento (Snow & Benford, 2000).

Os movimentos utilizam o enquadramento em três momentos distintos, ou, por outro lado, para três diferentes fases, sendo eles o *enquadramento de diagnóstico*, o *enquadramento de prognóstico* e o *enquadramento motivacional* (Snow & Benford, 1988). No que concerne ao *enquadramento de diagnóstico*, este diz respeito à própria identificação do problema e do adversário; o *enquadramento de prognóstico*, por outro lado, diz respeito à articulação da solução dos problemas, ou, pelo menos, da delimitação de um plano; por fim, o *enquadramento motivacional* visa a mobilização, através da enunciação das razões para participar, incluindo a criação dos motivos à participação (Snow & Benford, 2000).

No que concerne à questão da privação relativa e outros conceitos anteriormente abordados, podemos considerar o próprio processo e efeito de enquadramento, não apenas no que concerne ao diagnóstico, mas, também, à

mobilização. Gamson (1982) considerou, pela primeira vez, aqueles que seriam os *enquadramentos de injustiça*; os movimentos visam mudança, recorrente deste desejo de mudança surge a necessidade de estabelecer e identificar a fonte da “culpa”, bem como proceder a um discurso de vitimização dada uma determinada injustiça (Snow & Benford, 2000).

Deste modo, a privação relativa é, também ela, um elemento do enquadramento dos movimentos: estes utilizam-na no enquadramento de diagnóstico, realçando o problema, que seria a injustiça e uma privação em relação a determinado grupo, e utilizam-na como enquadramento de motivação para racionalizar a participação no movimento, ou seja, os movimentos usam um determinado enquadramento, uma retórica de injustiça aplicada à realidade, retirando proveito da relação de proximidade com aqueles para quem a mensagem é redigida, de forma a formular o problema da maneira que melhor o legitima e apela à mobilização.

### **1.2.1 Ação coletiva e as massas**

Derivada do conceito de anomia social de Durkheim, Kornhauser (1959), apresenta-nos uma teoria inserida nas teorias sociais sobre a *sociedade de massas* teorizando acerca dos motivos que levam os indivíduos a juntarem-se a certos movimentos. O autor afirma que com a industrialização, ocorreram profundas mudanças sociais, provocando uma alienação e isolamento das pessoas, ou seja, a sociedade tornou-se caracterizada pelo individualismo, apatia, uma sociedade despersonalizada. Esta alienação fez com que aqueles que se encontram à margem da sociedade ficassem, afirma o autor, particularmente vulneráveis aos apelos de mobilização dos movimentos, pois vêem este apelo como uma forma de reintegração na sociedade.

No mesmo sentido, uma das correntes teóricas mais proeminentes sobre ação coletiva, a Escola de Chicago afirma os movimentos sociais, como forma de ação coletiva que emerge quando as instituições e organizações estabelecidas deixam de providenciar aos cidadãos canais de ação, bem como “direção” (Turner e Killian, 1972), ou seja, quando existe uma rutura das instituições. Não obstante, esta rutura não é, *per si*, suficiente para a emergência da ação coletiva, a Escola de Chicago afirma ainda que a base deste fenómeno é o significado e as crenças partilhadas que são retiradas da interação dos vários atores, ou seja, os movimentos sociais são assim, para esta teoria, o resultado de uma crença e compreensão partilhada (Herring e Morris, 1984).

Todas estas teorias clássicas sobre ação coletiva partilham entre si uma visão cética em relação à ação coletiva, apontando-a como um resultado das interações irracionais das massas, ações que não eram mais do que uma propagação de um

sentimento de contágio que resultava em mobilização das massas para o protesto (Le Bon 1985; Tarde, 1901).

### 1.2.2 A relevância da doutrina marxista

Com o aparecimento dos movimentos anti austeridade e com a crescente atenção que a academia tem vindo a atribuir à primavera árabe, alguns autores têm recuperado a tradição marxista para o estudo dos movimentos sociais, recorrendo a questões como a desigualdade e o capitalismo como temas chave no estudo dos movimentos sociais recentes. Com o aparecimento dos novos movimentos sociais e o estabelecimento dos valores pós-materialistas na sociedade de Inglehart<sup>1</sup>, houve um decréscimo, se não mesmo uma negligência, da teoria marxista sobre movimentos sociais e acerca do capitalismo. No entanto, recentemente a disciplina dos movimentos sociais viu uma mudança nas reivindicações dos movimentos que consideravam ser o novo paradigma de participação, os *novos movimentos sociais*, movimentos de carácter transnacional baseados em valores pós-materialistas, como a questão dos direitos civis entre outras.

A teoria clássica marxista sobre os movimentos sociais, no seu caso o movimento que acabaria com a substituição do sistema capitalista pelo comunista, afirma a sua emergência como o resultado inevitável do confronto entre as várias contradições do sistema capitalista, sendo a principal a existência de duas grandes forças, ou classes, com interesses conflitantes, o aumento do capital da burguesia pelos capitalistas às custas da exploração e privação da classe operária (Morris e Herring, 1984). Podemos apontar a presença de alguns pontos interessantes na teoria marxista, nomeadamente, a ideia por detrás das contradições existentes dentro do sistema capitalista, que acabariam, inevitavelmente por levar a agitação social com vista a superar estas contradições, bem como a ideia de privação como motor desta mesma agitação, na figura da relação entre o proletariado e o capitalista.

Pegando na crítica marxista ao sistema capitalista, Habermas no seu livro *Legitimation Crisis* (1975), desenha uma relação interessante entre os sistemas capitalistas modernos e a legitimação democrática. O autor afirma que as constantes contradições do capitalismo moderno exercem uma pressão no Estado e nos governos quando o clima económico é de crise. Os governos devem, simultaneamente, proteger o mercado através de incentivos à acumulação de capital, e os seus cidadãos e o Estado Social. No entanto, nas crises recentes, a postura do estado tem sido a da austeridade financeira e cortes na despesa, muitas vezes despesa com o estado social. A ineficácia dos governos em lidar com estas crises leva, segundo o autor, a uma crise de legitimação da democracia e um crescente sentimento de desconfiança dos cidadãos

<sup>1</sup>Ver *The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles Among Western Publics*, de R. Inglehart

em relação ao sistema político, o que, para Habermas, leva a uma alienação dos cidadãos do processo político institucional e protestos.

Com a crise do *subprime* de 2008 muitos foram os problemas estruturais do capitalismo e do neoliberalismo que trouxeram uma atenção acrescida para a forma como estes dois fatores, aliados ao papel, continuamente alienado, do estado face ao mercado, contribuíram para a deterioração das condições sociais e aumento da precariedade. Alguns autores têm vindo, deste modo, a chamar a atenção para como o aumento da desigualdade e dos problemas estruturais das economias globalizadas têm levado a uma crescente mobilização acerca da forma como a comunidade política falhou na forma como lidou com a crise bem como a crescente negligência do estado social (Tejerina *et al.* 2013), retomando uma perspectiva marxista e baseada nas teorias tradicionais ao estudo dos movimentos sociais recentes.

No mesmo sentido, Della Porta, no seu livro sobre movimentos sociais, austeridade e capitalismo, afirma que a emergência de movimentos sociais em tempos de crise não significa apenas uma oposição clara às medidas de austeridade, mas ao próprio declínio das instituições democráticas. A autora afirma que estes movimentos são também o resultado de um debilitar da democracia pelo capitalismo e neoliberalismo, bem como o resultado de uma reivindicação de responsabilização à comunidade política pela crise e corrupção do sistema (Della Porta, 2015).

Todas estas teorias e paradigmas apontam-nos para uma relação entre, não apenas as crises económicas e a participação dos cidadãos, mas uma relação entre as crises económicas, crises políticas e de representação e a participação dos cidadãos. O caso que tem vindo a ser referido na literatura como um bom exemplo desta relação é o caso da Grécia, em que a crise económica levou, conseqüentemente, a uma crise política e de representação, e ao próprio colapso do sistema partidário grego, bem como uma simultânea ascensão de grandes movimentos sociais (Siapera, 2017, p.31).

### **1.2.3 Movimentos e Repertórios de Ação**

Os movimentos sociais representam um tipo de participação política à margem dos canais institucionais, ou seja, uma participação “informal”.

A ação coletiva não pode ser pensada de forma abstrata ao contexto de onde surge, Tilly (1977) vai introduzir a variável cultura e a relação entre os movimentos e restantes grupos da sociedade, no estudo dos movimentos sociais. O autor introduz na análise da ação coletiva o conceito de *repertórios de ação*, estes são o conjunto de meios que um grupo usa ou tem ao seu dispor para levar a cabo as suas reivindicações, ou seja, representam o conjunto de formas políticas de agir que se encontram disponíveis num dado momento histórico. Ou seja, estes são os modos de reivindicação

disponíveis para os movimentos num determinado tempo histórico, importa, no entanto, entender que em contextos similares e em grupos similares os meios de ação coletiva podem variar, apesar de, no todo, não irem para lá das várias possibilidades de reivindicação do seu tempo (Tilly, 1977).

Deste modo, os repertórios de ação apenas contemplam um número limitado de alternativas, sendo a inovação rara. Os repertórios, não obstante, mudam, apesar de o que caracteriza a sua mudança seja um processo lento. Estes estão dependentes de um conjunto de variáveis sociais e culturais, como o padrão de direitos e a justiça à qual a população está sujeita, as próprias rotinas da população, a sua organização interna, as suas experiências acumuladas com engajamento em ações coletivas prévias, bem como os padrões de repressão a que estão sujeitos (Tilly, 1977).

Os movimentos sociais e os seus repertórios de ação podem assim ser vistos, neste contexto, como um tipo de participação que surge quando existe um declínio da confiança nas instituições representativas tradicionais e institucionalizadas da democracia, ou seja, quando emerge uma crise de representação e das instituições democráticas, que surge, mais recentemente, como o resultado de crises económicas severas derivadas das contradições do sistema económico capitalista global, ou seja, uma consequência de várias mudanças ao nível da sociedade (Della Porta, 2015; Turner e Killian, 1972; Crouch, 2004; Siapera, 2017).

Os movimentos sociais, incluindo os movimentos anti austeridade, emergem da existência, junto dos atores envolvidos, de uma perceção de que existe uma mudança ou ameaça na sua capacidade de controlo e de tomada de decisões (Tourraine, 2002), ou seja, são o resultado de um sentimento coletivo de impotência em relação à forma como são conduzidas as decisões que afetam diretamente a sua vida. Vemos claramente uma emergência desta dinâmica, principalmente depois dos movimentos sociais antiglobalização, que deixam adivinhar um sentimento crescente de incapacidade dos governos face ao controlo de instituições transnacionais, que se reflete no sentimento de perda de autonomia e mercê económica dos indivíduos.

### **1.3 Movimentos sociais na sociedade de rede e novos “novos” movimentos sociais**

Os movimentos sociais são um fenómeno social e, como tal, continuamente moldados à forma e movimento da sociedade onde se inserem. Não poderia, por isso, sendo um produto social, estar imune às grandes mudanças que ocorreram na viragem do século. Não apenas mudanças estruturais na sociedade, mas mudanças profundas na forma como comunicamos e nos informamos.

Os movimentos sociais têm vindo a acompanhar a própria mudança da sociedade, incorporando em si muitas das mais importantes mudanças sociais, evoluindo e aprendendo com elas. Com a revolução francesa, muito antes, e posteriormente com os movimentos operários industriais, a academia, nomeadamente campos disciplinares como a Sociologia ou a Ciência Política, incorporaram na sua investigação o estudo dos movimentos sociais e da ação coletiva tentando traçar características ao comportamento coletivo dos indivíduos bem como a sua organização em protesto.

Neste sentido, foram atribuídos traços caracterizadores aos diferentes movimentos, sendo que foram estabelecidas duas categorias essenciais de movimentos sociais, *movimentos sociais Antigos/Tradicionais* e *Novos movimentos sociais*. Cada um destes comporta um vasto número de movimentos que, entre eles partilham características comuns, como a natureza das reivindicações, a forma de organização e repertórios de ação.

Os movimentos sociais tradicionais estão invariavelmente ligados à industrialização e luta de classes, com reivindicações claramente materialistas e de segurança socioeconómica, caracterizados por tipos de ação e protesto próprios ao contexto social do seu tempo (Tilly, 1977), com reivindicações por direitos sociais e políticos. Maioritariamente constituídos pela classe trabalhadora operária, tinham as suas ações de protesto ligadas aos sindicatos, sendo as greves as ações de protesto mais comuns e a organização mais formal de tipo vertical *Top-Bottom*.

Por volta dos anos 60', surgem movimentos sociais que vão desafiar as teorias clássicas sobre a ação coletiva e movimentos sociais, não apenas por constituírem novas formas de protesto, mas também pelas novas bases de reivindicação. Surgem, deste modo, os novos movimentos sociais. Estes nascem dos movimentos estudantis que surgem nos E.U.A e Europa na década de 60'. A base das suas reivindicações deixa de estar centrada nos valores materialistas, para se centrar nas questões pós-materialistas, identitárias e culturais da sociedade, como as questões de género, as questões ambientais, entre outras. Uma característica particularmente diferenciadora é o carácter transnacional das reivindicações e dos movimentos: estes vão além das fronteiras domésticas, podendo atingir proporções internacionais, sendo que as próprias reivindicações concernem assuntos não nacionais, mas sim relacionados com a humanidade no geral. Para além do seu carácter transnacional e das suas reivindicações pós-materialistas, outra característica distintiva destes movimentos concerne a sua própria estrutura organizativa: por comparação à organização formal e hierarquizada dos movimentos tradicionais, os novos movimentos sociais apresentam uma estrutura organizativa difusa, horizontal e sem uma estrutura hierárquica rígida,

baseando a sua ação em protestos e ações levadas a cabo por voluntários e apoiantes não institucionalizados, adotando um carácter bastante mais informal que os seus antecessores.

As grandes mudanças sociais da viragem do milénio aliadas à crescente globalização e desenvolvimento das TIC, que levaram, conseqüentemente a uma crescente *informatização*, vieram potenciar em larga escala a nossa comunicação, levando a uma crescente transnacionalização da própria informação. No entanto, mesmo estes avanços tecnológicos estão a traduzir-se numa privação de direitos políticos e privilégios, na medida em que a rápida e crescente revolução tecnológica tem vindo a debilitar os mecanismos de representação política (Castells, 2001). Esta crise de representação aliada a uma crise económica e ao crescente desenvolvimento das novas TIC, vai traduzir-se numa viragem para os movimentos sociais que vai questionar as teorias até então estabelecidas, uma nova forma participação com características diferenciadoras e inovadoras, ou seja, um novo *tipo* de movimentos sociais.

Habermas via nos períodos de grande mudança social a emergência de espaços, independentes dos canais formais e institucionais, de discussão e debate (Salter, 2003), espaços estes aos quais o autor se referia como *esfera pública*. A esfera pública habermasiana era, para o autor, o espaço do domínio da vida em sociedade em que era formada a opinião pública através do debate crítico e racional, sendo que o debate que ocorria na esfera pública seria o arquétipo do processo democrático, e poderia levar ao consenso público e a tomadas de decisão (Papacharissi, 2002).

Em 1999 os movimentos antiglobalização de Seattle vão representar uma mudança nas formas de protesto que até aí eram utilizadas pelos movimentos sociais, nomeadamente, introduziram a utilização de novas tecnologias da informação e comunicação (Van De Donk *et.al*, 2004). Posteriormente a primavera árabe viria a confirmar a relação evolutiva do crescente desenvolvimento das novas TIC e da utilização das plataformas digitais como meio utilizado pelos movimentos sociais: o espaço *online* surgia assim como uma nova esfera pública.

Os mais recentes movimentos sociais, como os movimentos *occupy*, e também os movimentos anti austeridade, centram as suas causas na reivindicação por direitos sociais e políticos, como os movimentos e protestos tradicionais; no entanto, possuem uma característica distintiva: o uso dos *social media* e de plataformas digitais como forma de atrair atenção para as suas causas (Gamson e Sifry, 2013). A crescente utilização deste tipo de ferramentas digitais está na génese de um novo tipo de movimentos sociais aos quais a literatura tem vindo a designar de “novos” novos movimentos sociais (Pereira *et.al*, 2009; Langman, 2013).



Pereira *et.al* (2009) vão definir algumas características chave desta nova configuração de movimentos sociais. Os “novos” novos movimentos sociais são o reflexo das profundas mudanças da nossa sociedade e do seu rápido desenvolvimento no século XXI, bem como das crescentes contradições do capitalismo e da sua consolidação. Vão herdar dos seus antecessores o carácter transnacional, agora ainda mais ampliado e estabelecido, e a sua organização informal, facilitada pelas novas TIC. No entanto, vão recuperar e adaptar reivindicações dos movimentos sociais tradicionais, pois as suas reivindicações são, sobretudo, económicas, ligadas à precariedade laboral, desemprego jovem e degradação das condições sociais, introduzindo reivindicações não exclusivamente relacionadas com o bem-estar pessoal, mas adotam reivindicações solidárias. As reivindicações deste tipo de movimentos comportam também uma dimensão moral, no sentido em que o declínio das condições sociais, bem como a estagnação económica e as crises são vistas como culpa das elites económicas: estes são movimentos que criticam o individualismo da sociedade como causador da própria exclusão social, bem como um sistema económico injusto e promotor de desigualdades que privilegia as elites (Langman, 2013).

No que concerne às suas formas de ação, estas incluem marchas, manifestações e outras formas de protesto em massa, organizadas e mobilizadas através da internet. Deste modo, a característica apontada como distintiva deste tipo de movimentos, para além do uso massivo das novas TIC, nomeadamente da internet, é a forte cultura jovem associada a estes, sendo que os jovens ativistas estão na base de apoio destes movimentos (Pereira *et.al*, 2009).

Estes movimentos são, deste modo, inovadores no seu uso que fazem das novas tecnologias da informação e da comunicação na organização dos seus protestos, introduzindo de forma continua o seu uso nos seus repertórios de ação, bem como na sua forma de organização interna e mobilização de recursos. São vários os movimentos cuja principal, e por vezes única, forma de comunicação entre participantes é centrada em *websites* e outras plataformas digitais (Juris, 2008): alguns movimentos têm a sua origem na própria interação *online*, ou seja, nascem destes *websites* e da perceção de uma identidade comum entre os indivíduos que neles participam e estabelecem uma causa transversal a todos- como é, por exemplo, o caso do movimento *Anonymous*.

Os movimentos sociais, podemos concluir, são um sintoma da sociedade em que se inserem, pois ambos, sociedade e movimentos, são mutuamente dependentes, afetando-se reciprocamente. Os movimentos são um indício da sociedade e da conjuntura do seu tempo, da mesma forma que também estes são motor de mudança dos apanágios momentâneos do corpo social onde se encontram estabelecidos.

## **2. MOVIMENTOS COMO O PRODUTO DAS OPORTUNIDADES E O FACEBOOK**

Nesta fase irá ser abordada a literatura académica que trata dos movimentos sociais anti austeridade, inseridos na designação mais amplas dos movimentos antiglobalização, da sua relação com as novas TIC, mais especificamente as redes sociais, Facebook, e da importância destas, ou seja, da relação entre os movimentos e as diversas oportunidades sociais, políticas e tecnológicas.

### **2.1 Novas TIC e a mobilização de recursos**

Na década de 60' surgem novos movimentos sociais, caracterizados não pela mobilização de massas proletárias, mas por uma classe média e juventude estudantil. Deste modo, surgem, simultaneamente, novas teorias acerca dos movimentos sociais que passam a tratar a ação coletiva como uma resposta política racional.

É neste sentido que surge a Teoria da Mobilização de Recursos. Esta é, tal como o próprio nome indica, uma abordagem que afirma a disponibilidade e apropriação dos recursos e da sua mobilização na génese do aparecimento e desenvolvimento dos movimentos sociais (Lopes, 2014). O sucesso dos movimentos sociais está diretamente, segundo a abordagem, dependente do uso que estes dão aos recursos disponíveis, bem como a sua capacidade de os mobilizar com vista a atingir uma determinada agenda (Hara e Estrada, 2005). Rejeitam as premissas marxistas da privação como fator explicativo central, baseando-se na secular existência das injustiças e desigualdades, a existência de uma perceção de privação não explica, *per si*, o aparecimento de movimentos sociais, mas sim a mobilização.

Baseando a ação coletiva numa perspetiva da Teoria da Escolha Racional, os movimentos sociais são o resultado de interações de atores racionais derivados por motivações autocentradas, que estabelecem a sua participação nos movimentos em torno de uma ponderação do rácio entre o custo e o benefício das alternativas de ação (Olson, 1965), sendo que, segundo esta lógica, quanto menor for o custo de participação num determinado movimento maior será, conseqüentemente, o apelo à participação.

A teoria da mobilização de recursos importa para o estudo dos movimentos sociais o apoio e os constrangimentos existentes numa sociedade. Inclui na análise da ação coletiva diferentes variáveis, como os recursos que têm de ser mobilizados, sem os quais a sobrevivência dos movimentos sociais ficaria comprometida, as ligações entre os movimentos e organizações externas e apoios, bem como os meios de repressão a que estes estão sujeitos pelas autoridades (McCarthy e Zald, 1977). O principal objetivo dos movimentos é, mesmo antes de atingir a suas reivindicações, a sobrevivência, sendo a mobilização de recursos crucial, nomeadamente, recursos materiais e humanos, bem como organização (McCarthy e Zald, 1977).

Os movimentos sociais funcionam numa lógica de mercado, ao venderem um produto, as suas reivindicações, para o qual necessitam de criar procura. Neste sentido, baseiam a sua ação e organização na mobilização de apoios à sua causa, que, por sua vez, faz um apelo por participação, tornando os simpatizantes com a causa em membros e participantes ativos (McCarthy e Zald, 1977). Assim, a comunicação de um movimento é uma ferramenta importante na sua capacidade de mobilização, não apenas de recursos humanos, mas, conseqüentemente, também de recursos materiais. A comunicação é uma das atividades mais dominantes no funcionamento e organização dos movimentos sociais (Eyerman e Jamison, 1991).

Tae-hyun (2000) afirma que ao utilizarem efetivamente a sua capacidade de comunicação enquanto fonte de mobilização os movimentos conseguem, a) sensibilizar os indivíduos alvo de algum tipo de privação para a sua condição; 2) convencer estes indivíduos de que é possível alterar a sua situação; 3) reforçar a ideia de que em grupo são capazes, enquanto movimento, de resolver esta injustiça; e 4) convencer a sociedade civil que a sua participação e contribuição para o movimento irá beneficiar quer os seus interesses pessoais, quer os interesses da sociedade em geral.

Deste modo, a comunicação, principalmente através dos *media*, dos movimentos sociais pretende atingir três objetivos claros, a) a mobilização de recursos; b) a validação da sua causa; c) e o alargamento do seu espectro de ação, pois quanto mais público tiver um movimento maior vai ser o seu “poder” (Gamson e Wafsfeld, 1993). Existe, deste modo, uma relação de interdependência entre os movimentos e os *media*.

Alguns autores afirmam que o aparecimento da internet e, posteriormente, dos *social media*, veio democratizar o acesso, não apenas à informação, mas à esfera pública de Habermas. Shirky (2011), afirma que mais importante que o acesso à informação, o acesso à esfera pública e a um lugar de mediatização, aumentou, significativamente, o poder político dos grupos anteriormente marginalizados pelos *media mainstream*, pois a legitimação da causa, bem como a mobilização estavam, anteriormente, dependentes destes, no entanto, com o aparecimento da internet esta reduziu os custos associados a estas necessidades, pois os movimentos já não dependem de terceiros para fazer passar a sua mensagem, recorrendo a um enquadramento genuíno das suas causas, o que leva, conseqüentemente, também a uma democratização da participação, pois permite atribuir um lugar na *agenda* a grupos e causas que estariam marginalizados. A internet veio, desta forma, permitir aos movimentos sociais uma forma mais eficaz e com custos mais reduzidos de comunicar entre si, produzir informação e propaga-la, mas, também, veio tornar os próprios movimentos mais abertos ao exterior e à sociedade civil e ao *feedback* (Salter, 2003; Leizerov, 2000; Bonchek, 1995; Hara e Estrada, 2005).

O ativismo online comporta duas características diferenciadoras, nomeadamente a redução dos custos de criação, organização e de participação em ações de protesto mas, também, a habilidade de juntar as ações individuais de cada um dos atores num panorama macro de participação coletiva, sem necessitar de uma presença física, minando o tempo e o espaço (Earl e Kimport, 2011).

Recorrendo, novamente, à Teoria da Escolha Racional, ao reduzir os custos de participação para os atores externos, e reduzir os custos de mobilização para os atores internos, a internet veio potenciar a participação em movimentos sociais. A participação nos movimentos, atualmente, já não exige da parte dos seus apoiantes um nível de compromisso com a causa e com o movimento, como os movimentos de massas da era industrial, ou como os movimentos pelos direitos civis dos anos 60' exigiam. Já não existe a necessidade de distribuir panfletos nas ruas, ou escrever em jornais sindicais. A participação e interação na internet pode ser o suficiente para mobilizar mais recursos do que estes métodos tradicionais alguma vez conseguiriam, nomeadamente mobilização de apoiantes, não só porque chegam, se eficientes, a um número muito maior de atores, mas, e principalmente, porque importam um envolvimento e um custo geral muito mais reduzido a quem participa.

Hara e Estda (2005), afirmam que a internet tem um potencial mobilizador para os movimentos sociais no que concerne a alguns dos meios e recursos necessários à sobrevivência dos movimentos, como, 1) partilha de conhecimento, quer do movimento para o exterior, quer do exterior para o movimento, ou seja, a forma como a internet pode ser usada como meio de difusão do conhecimento; 2) como forma de estabelecer a credibilidade e de a passar para o exterior; 3) potenciar a interação interpessoal; e, por fim, 4) a criação e identificação de uma identidade. As autoras afirmam ainda o poder que estes movimentos *webbased* têm em provocar efeitos nos *media mainstream*, e em como ambos, em conjunto, tem um potencial expensor do movimento.

Neste sentido, os “novos” novos movimentos sociais são particularmente atraídos pelo uso da internet na sua comunicação, não apenas porque o uso desta ferramenta lhes permite diminuir os seus custos mas porque o próprio uso desta está inscrita na sua própria identidade e ideologia (Van de Donk et. all, 2004).

Não obstante ao carácter apelativo à participação política e ativismo *online*, nem sempre a literatura é unanime na importância que atribui ao papel mobilizador da internet e dos *social media*. Fuchs (2014), por exemplo, crítica a visão dos *social media* como a nova esfera pública de Habermas. Para tal, baseia-se nos antagonismos presentes nos *social media* que impossibilitam que estes se tornem na esfera pública ideal, como a existência de interesses “corporativos” dentro das ferramentas de *social*

*media* e da forma como estes interesses controlam os dados, através de, por exemplo, algoritmos.

A própria natureza da internet pode gerar antagonismos. A utilização da internet ela própria deixa algo a desejar em termos democráticos, de maneira a que tratar os *social media* e a internet no geral como a nova esfera pública pode ser falacioso. A desigualdade no acesso à informação bem com a literacia dos novos media necessária para levar a cabo algum tipo de discussão política, comprometem a representatividade da esfera virtual: a própria informação disponível na esfera *online*, é, ela mesmo, fragmentada e, por vezes, comprometida, e mover a discussão política para este espaço exclui todos aqueles que a ele não têm acesso, e existe, mesmo assim, uma prevalência do discurso das elites na discussão política *online*, ou seja, apesar de poder ser um espaço adicional para a discussão política, continuam a transparecer os problemas e as falhas democráticas do nosso próprio sistema político (Papacharissi, 2009).

O acesso à internet é um recurso importante para a participação política: no entanto, não garante um aumento na atividade política ou procura pelo esclarecimento político (Papacharissi, 2009). Ou seja, a internet e o seu possível potencial democratizador e otimizador de participação política não são condições que, por si só se traduzam numa participação efetiva, até porque o debate político que é feito online é ele, muitas vezes, superficial e pouco fundado, e unilateral (Barber, 2003).

Bosnjak *et. al.* (2007) afirmam haver mesmo três condições para a participação política online, a primeira sendo, como seria de espera, experiência e alguma literacia de utilização da internet e dos novos media; a segunda, a crença de que as suas ações podem levar a algum tipo de mudança e produzir algum tipo de consequência; e, por último, os autores afirmam que um dos preditores mais significativos da participação política online seria a experiência passada de participação política offline. Deste modo, para que a internet tenha um efeito potenciador da participação política online tem de existir, previamente, um interesse e background político, ou seja, a internet é apenas um outro canal de participação para aqueles que são já, de certa forma, politicamente ativos.

## **2.2 Identidade e redes na era digital**

Não obstante ao rácio custo/benefício e à forma como este é um fator determinante na escolha de participação nos movimentos sociais, e a importância das estruturas de mobilização para o sucesso destes, um dos fatores mais importantes sem o qual um movimento se torna obsoleto e acaba, eventualmente, por desaparecer tem de ver com a questão da identidade. Sem um forte sentido de identidade comum, partilhada, ou

seja, identidade coletiva, entre os membros que constituem um determinado movimento, um movimento não se consegue desenvolver (Hannigan, 1985). Polleta e Jasper (2001), definem *identidade coletiva* como “a conexão cognitiva, moral e emocional entre um indivíduo e a comunidade”.

A identidade coletiva partilhada pelos indivíduos de um determinado movimento, ou seja, as atitudes e crenças comuns a estes, é o traço diferenciador destes em relação à restante sociedade, ou seja, é o que os define por comparação ao exterior. O desenvolvimento de uma identidade coletiva está dependente da *identificação*, ou seja, do processo cognitivo pelo qual um indivíduo se percebe e se alinha com um conjunto distinto de crenças e atitudes, ideologia, de um determinado movimento (Estrada e Hara, 2005).

No entanto, para que o processo de identificação, e posteriormente a criação de uma identidade coletiva, seja eficaz é necessário que a ideologia dos movimentos seja facilmente reconhecível e acessível: o enquadramento que os movimentos fazem das suas causas bem como os símbolos que utilizam devem promover um sentido de comunidade e promover a lealdade, que deve levar à criação de uma identidade comum (Estrada e Hara, 2005).

Por sua vez, quanto maior a intensidade da identidade coletiva e sentimento de pertença, maior será a predisposição para a participação. A participação dos indivíduos nos movimentos sociais está dependente do reconhecimento que estes têm da sua pertença à comunidade (Wright, 2001).

Uma vez que a identidade representa uma ferramenta importante no desenvolvimento dos movimentos sociais pela construção da sua retórica e como mecanismo de participação, é importante compreender como é que esta identidade é construída simultaneamente pela comunicação dos movimentos, como já vimos, através do enquadramento e construção de símbolos, e à margem desta pelos seus membros. É, neste sentido, que muitos autores têm vindo a chamar a atenção para a importância das redes sociais ou *networks* (Snow *et.al*, 1980; Hara e Estrada, 2005; Castells, 2001).

Alguns autores chegam mesmo ao ponto de afirmar que as redes são a forma de recrutamento mais importante dos movimentos (Snow *et.al*, 1980). A teorização acerca dos novos movimentos sociais aponta para uma identidade não pré-estabelecida, através de questões como a classe, raça, género, entre outros, mas uma identidade construída através de redes (Polleta e Jasper, 2001).

As ligações em rede pré-existente que se estabelecem entre os membros de um determinado movimento e os indivíduos exteriores ao mesmo, ou seja, as suas relações e interações, são essenciais para o recrutamento de novos membros (Hara e Estrada, 2005), ou seja, os *outsiders* que estão ligados através de redes sociais a um

ou mais membros de um determinado movimento têm uma maior probabilidade de serem recrutados para este. Neste sentido, quanto maior a rede maior vai ser a probabilidade de sucessor de recrutamento de *outsiders*, e quanto mais um movimento estiver ligado a outros grupos ou redes, ou até mesmo outros movimentos, mais rápido vai ser o seu crescimento (Snow *et.al*, 1980).

Também as novas TIC vieram desempenhar um papel no que concerne à criação de identidade coletiva. Facilitam a criação de uma ideologia a um movimento ao facilitarem a comunicação não mediada dos movimentos, ou seja, a comunicação face-a-face que é feita diretamente pelos movimentos, por oposição à comunicação mediada que é feita através dos mecanismos de comunicação institucionalizados (Snow *et.al*, 1980). Ou seja, ao facilitarem a difusão de informação direta das causas e valores de um determinado movimento, facilitaram a criação de uma identidade coletiva. Uma vez que facilitam a criação de uma identidade coletiva, as novas TIC ajudam à criação da própria comunidade entre os indivíduos que constituem o movimento (Garrett, 2006), bem como vieram potenciar o carácter transnacional destes movimentos e a sua capacidade de *networking*, ou seja, estas novas tecnologias vieram permitir que estes movimentos operem num universo geograficamente localizado, mas com vista a produzir uma influência global (Castells, 2001).

Ao passo que a literatura acima referida se foca, principalmente, na forma com a internet e as novas TIC têm vindo a facilitar a ação dos movimentos, existe também literatura que aborda a forma como a própria internet e as interações em redes online têm desenvolvido novos movimentos e novas formas de ação.

Harlow (2011), demonstra a capacidade do Facebook de não apenas contribuir para a criação de um sentido de comunidade e identidade coletiva, mas também a sua capacidade de mobilização através da interação em rede dos seus participantes. As conclusões relativas à forma como os protestos da Guatemala em 2009 utilizaram o Facebook afirmam que os comentários *online* promovem as ações *offline*: invés de usarem o Facebook apenas como um fórum de discussão, uma esfera pública, os utilizadores da plataforma usavam um enquadramento nos seus comentários com um carácter altamente mobilizador, como forma de organizar ações de protesto, divulgar as ações ocorridas e mostrar o seu apoio pelo movimento. Este estudo acrescenta ainda que as características singulares da plataforma, como a opção de gostar ou responder a um comentário ajudaram no desenvolvimento de um debate bem como à criação de um sentido de pertença e de comunidade, identidade coletiva, o que, afirma, aumentou a probabilidade de participação *offline* (Harlow, 2011).

Neste sentido, podemos afirmar uma tendência na literatura para a afirmação do potencial dos novos media na criação de uma identidade coletiva, que pode muitas

vezes apontar na direção de uma comunidade global (Snow *et.al*, 1980; Garrett, 2006; Castells, 2001), bem como na criação de novos movimentos (Harlow, 2011).

Não apenas na participação política na forma de movimentos sociais e ativismo online os *social media* têm tido um papel interessante: Gainous *et.al* (2013), no mesmo registo, afirmam que a capacidade de *online networking* aumenta a probabilidade de participação política online, o uso do *Facebook* contribui para a formação de capital social, ou seja, do desenvolvimento de redes sociais alargadas, o que leva, conseqüentemente, a uma participação política online mais ativa (DeHart e Yang, 2016). Lopes (2014) vai mais longe, ao afirmar que a penetração na internet mostra que os *social media* são um preditor estatisticamente significativo de atividades de protesto.

No entanto, importa considerar também a existência de autores que são relutantes em admitir uma versão tão determinadamente otimista e exacerbada do papel destes novos mecanismos, por comparação aos media tradicionais. Afirmam que a internet e os novos media não vieram substituir os últimos, e que a internet não veio permutar, mas antes complementar, as táticas previamente existentes dos movimentos sociais (Van de Donk *et.al*, 2004). Os movimentos necessitam também dos media tradicionais, uma vez que estes estão dependentes e têm as suas formas nas *networks*: estes não podem depender apenas dos novos media para atingir os seus objetivos: ao invés, precisam de uma combinação de estratégias e usar tanto os novos media como os media tradicionais (Cardoso e Neto, 2004).

### **2.3 A importância das oportunidades políticas**

Os movimentos sociais não são apenas o resultado de políticas e estratégias de comunicação eficientes, ou fortes identidades e ideologias. Enquanto fenómeno social, sobrevivem dentro e não à margem da sociedade, sendo o resultado da mesma e moldando-a à medida que se desenrolam. Neste sentido é necessário considerar este fenómeno como uma parte integrante da sociedade, ou seja, estudá-lo a partir da conjuntura que o define, como o sistema político onde está inserido.

McAdam *et.al* (1996), apresenta as quatro dimensões das oportunidades políticas que definem a ação de um movimento no sistema: a) a abertura do sistema político institucionalizado; b) a estabilidade nas alianças entre as elites políticas que defendem certas perspetivas políticas; c) a probabilidade de apoio das elites; e d) a capacidade e a tendência do Estado de reprimir os movimentos sociais. Estas dimensões determinam, segundo os autores, não apenas o momento em que surgem os movimentos, mas, inclusive, a própria estrutura formal que irá ser adotada por estes. Movimentos com causas semelhantes podem compreender características distintas, por exemplo, a dificuldade em aceder ao sistema político faz com que os movimentos



adotem um carácter mais radical e marginalizado dos veículos institucionais. Por outro lado em países em que o sistema eleitoral permite uma maior abertura e acesso ao sistema, os movimentos tendem a adotar um carácter mais eleitoralista (McAdam *et al.*, 1996). Quando as instituições políticas e governamentais, bem como o sistema político, falham em servir como canal de comunicação e de reivindicação, os movimentos recorrem a outros canais como forma de comunicação com a sociedade civil; neste sentido, também a internet representa um meio destes movimentos verem as suas vozes ouvidas, e lançar o protesto para lá do próprio sistema (Anduiza *et al.*, 2012).

Quando as condições políticas se tornam adversas aos movimentos e à comunicação das suas causas, estes vêem-se obrigados a recorrer a estratégias alternativas, ou seja, quando o sistema político não permite abertura para a discussão de ideias contra-hegemónicas, ou os movimentos não conseguem encontrar aliados junto das elites, os *social media* representam um “*free space*”, um espaço de relativa abertura no qual se podem desenvolver estas ideias e identidades marginalizadas, pois não estão reprimidas pela coerção ideológica, e por vezes física, de um Estado (Polletta e Jasper, 2001).

Relativamente à repressão estatal, esta pode funcionar como uma faca de dois gumes para o movimento. Se por um lado aumenta os custos de participação, pois quando existe uma forte repressão estadual sobre um determinado movimento mais difícil será a sua ação e legitimação (Kriesi *et al.*, 1992), por outro lado, algo que pode parecer uma desvantagem pode tornar-se numa ferramenta importante para os movimentos. Uma forte contenção estadual pode resultar, como nos afirma Koopmans (1990), num reforço da própria identidade contra-hegemónica do movimento e tornar-se a própria repressão um motor e uma dimensão importante do próprio movimento, bem como esta repressão pode chegar mesmo a chamar a atenção dos *media* para os movimentos, que pode resultar em apoio que de outra forma não existiria.



### III. NOTA METODOLÓGICA

Neste capítulo será descrita a metodologia de recolha e tratamento de dados utilizada, bem como serão pormenorizados os objetivos da investigação e as expectativas em relação a esta.

O objetivo deste projeto prende-se com caracterização da utilização da plataforma Facebook pelos movimentos anti austeridade portugueses enquanto ferramenta de comunicação externa e interna do movimento, bem como a reflexão acerca da sua importância para os mesmos. Deste objetivo geral, sai uma questão cuja a investigação e a recolha e análise, posterior, dos dados procurará responder, “Qual o papel do Facebook para os movimentos anti austeridade portugueses?”, sendo que desta saem duas perguntas secundárias, “Qual a importância do Facebook para o desenvolvimento dos movimentos?” e “Qual a utilização que os movimentos fizeram do Facebook enquanto forma de comunicação interna e externa?”. Da literatura consultada acerca do tema, e atendendo aos objetivos da investigação, foram definidas várias hipóteses de investigação, cuja recolha e análise de dados levará a confirmar, ou, por outro lado, infirmar.

**H1<sup>a</sup>:** Existe um sentimento de privação relativa, na forma de insatisfação, partilhado pelos criadores dos movimentos, pré-existente, sendo que este contribuiu para a sua criação.

**H1<sup>b</sup>:** O Facebook ajudou os membros dos movimentos no que concerne à perceção da existência de uma identidade comum.

**H2:** O Facebook foi a fonte primária de comunicação e organização interna dos movimentos.

**H3:** O principal meio utilizado pelos movimentos para a comunicação externa e mobilização foi o Facebook.

**H4:** Os movimentos anti austeridade, bem como os seus repertórios de ação, tiveram influência da experiência de outros movimentos transnacionais, homólogos a estes.

**H5:** Os movimentos anti austeridade portugueses são o resultado das oportunidades políticas e tecnológicas.

#### 1. MÉTODO

Em termos metodológicos optou-se por recorrer a metodologia de natureza qualitativa na recolha dos dados pois esta representa uma mais-valia não apenas para as ciências sociais como um todo, como para o próprio estudo dos movimentos sociais, pois permite um tipo de imersão que metodologias quantitativas, exaustivas e, portanto, mais superficiais, não permitem. A metodologia quantitativa assenta na generalização de resultados, na quantificação e atribuição de valores numéricos, analisados através de métodos estatísticos na procura de uma explicação causal, ao passo que a metodologia

qualitativa representa um tipo de análise mais holística, aberto a diferentes sugestões, possibilidades e significados, sendo mais interpretativa e descritiva (Allwood, 2012). Para além da vantagem do conhecimento aprofundado sobre o tema, este tipo de metodologia permite ainda encontrar dimensões ou categorias de informação que de outra forma passariam despercebidos (Santos Silva e Pinto, 1986).

Das principais razões apontadas para o uso deste tipo de metodologia, também no estudo dos movimentos sociais, a academia salienta a importância de “ultrapassar a falta” ou inexistência de dados, contornar o vácuo de informação que existe acerca da problemática (Reyes-García e Sunderlin, 2011), bem como aponta para as vantagens de recolha de dados “em primeira-mão” (Balsiger e Lambelet, 2014), ou seja, o investigador ao ser ele próprio recolher a informação em primeira mão, sem qualquer tipo de intermediário, consegue não apenas contribuir para a maior profundidade dos dados que são obtidos, mas como assegurar a sua genuinidade.

No entanto, os mais críticos desta abordagem chamam a atenção para o facto de nem sempre ser possível efetuar a generalização dos resultados (Bell, 1997). A pesquisa de terreno envolve um tipo de análise que exige bastante tempo e “atenção” da parte do investigador; deste modo, considerando que os recursos na maioria dos casos não o permitem, é praticamente impossível para os investigadores extrapolar as suas descobertas sobre este caso para o universo de casos semelhantes. Muitas vezes neste tipo de estudos o que está em causa não é a validade do estudo em si nem das suas conclusões, mas a sua fiabilidade, ou seja, a “sua capacidade de fornecer dados semelhantes sob condições constantes em qualquer ocasião” (Bell, 1997). Ou seja, todos os dados auferidos nesta dissertação apenas serão válidos para a realidade aqui em estudo, não podendo as conclusões ser inferidas para um universo de casos, mas apenas para a amostra considerada.

No que concerne à recolha de dados propriamente dita, a técnica recorrida foi a de entrevistas semiestruturadas, que se baseiam na utilização de uma espécie de guião, um auxiliar condutor, que compreende todas as perguntas essenciais ou principais, considerando os objetivos da pesquisa, que seriam complementadas com outras questões que surgiriam ao longo da entrevista Manzini (1990), ou seja, esta entrevista permite estabelecer um fio condutor ao mesmo tempo que permite que haja liberdade para abordar outros temas que poderão surgir durante a mesma. Outras vantagens da utilização deste tipo de metodologia é que permite contornar respostas incompletas, devido a sua flexibilidade, e controlar a ordem de resposta; no entanto, este tipo de recolha de dados é bastante moroso, e os dados recolhidos, devido ao número reduzido de casos na amostra, não pode ser extrapolado para o Universo, sendo que as respostas dos entrevistados estão sempre sujeitas a enviesamentos

involuntários por parte do entrevistador bem como a algum tipo de incongruência (Alshenqeeti, 2014).

## **2. AMOSTRA**

Foram realizadas cinco entrevistas a membros de dois movimentos anti austeridade, nomeadamente o movimento *Que se lixe a Troika!* e o movimento *Geração à Rasca*. Para integrarem a mostra os entrevistados foram seleccionados utilizando uma amostragem por conveniência, sendo que a penetração no meio foi feita através de abordagem a contactos privilegiados, e por amostragem tipo “bola-de-neve” onde aos contactados foi pedido, se possível, que indicassem outros contactos de possíveis entrevistados.

A amostra é constituída, deste modo, por cinco indivíduos, três pertencentes ao movimento “Geração à Rasca” e dois ao movimento “Que se lixe a troika!”, todos membros fundadores dos movimentos. Os entrevistados apresentam idades compreendidas entre os 34 e os 35 anos de idade, sendo que quatro dos entrevistados são do género masculino e um do género feminino. Relativamente às habilitações literárias da amostra, todos os entrevistados possuem habilitações ao nível do ensino superior.

As entrevistas foram realizadas entre 16 de Maio de 2018 e 29 de Junho de 2018, havendo registo áudio e escrito das entrevistas, sendo que o guião utilizado na condução das entrevistas se encontra em anexo ao corpo da dissertação. Apesar da utilização do guião na condução das entrevistas, as mesmas tiveram um relativo grau de abertura, sendo que por vezes houve a necessidade de mudar a ordem das mesmas.



#### IV. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados e discutidos os resultados da análise que foi feita aos dados recolhidos através das entrevistas realizadas.

##### 1. PERCEÇÃO DO ESTADO SOCIOECONÓMICO E POLÍTICO PORTUGUÊS, PRÉ MOVIMENTOS

Em 2010 o governo português vai anunciar aquele que seria o primeiro de um conjunto de programas que visavam amenizar a crise da dívida soberana portuguesa através de um conjunto de medidas de corte na despesa do estado. Estes programas produziram, invariavelmente, efeitos a nível social, económico e político. A literatura afirma que existe uma probabilidade acrescida de ocorrer mobilização quando a um período de desenvolvimento social e económico se segue um período de retrocesso (Davies, 1962).

Não obstante, importa compreender a conjuntura percecionada pelos criadores dos movimentos em que Portugal se encontrava a nível social, económico e político imediatamente antes dos movimentos ocorrerem, e o impacto que essa conjuntura teria tido na posterior criação dos mesmos. No que concerne aos membros fundadores, existe alguma unanimidade e homogeneidade na conjuntura em que Portugal se encontrava, ou, pelo menos, naqueles que são os pontos caracterizadores do contexto apontados como mais importantes. Todos referiram questões como a precariedade laboral, mais no contexto do movimento *Geração à Rasca*, crise e degradação social, económica e política.

É, também, transversal (apenas um dos entrevistados não mencionou) referências ao governo socrático, nomeadamente ao seu desgaste, e aos Programas de Estabilidade e Crescimento, no caso dos entrevistados do movimento *Geração à Rasca*, pois à data do primeiro protesto do movimento o Governo de José Sócrates ainda não se tinha demitido, mas estava em vias de ver o seu novo Programa a ser chumbado e a ter de apresentar a demissão, o que viria mesmo a acontecer a 23 de Março. Relativamente ainda ao governo de Sócrates são, também, realçados os seus efeitos, nomeadamente, a entrada da Troika em Portugal e a consequente austeridade.

Foram bastante realçadas questões como:

“nível rápido de degradação social, económica e política (...)” (João Camargo), a conjuntura de crise económica chega mesmo a ser retratada como “(...) a situação económica foi, provavelmente, das mais dramáticas do século (...)”.

Aliada à crise económica, eram lançadas medidas de contenção de despesa pública:

“(…) havia cortes na saúde, em direitos laborais, em salários, (…) era uma situação precária em todas as áreas e não apenas na questão do trabalho” (Paula).

Não obstante, paralela ao agravar da situação económica, acresce a degradação política, não apenas devido à demissão do governo de José Sócrates mas como consequência da crise e da consequente austeridade, nomeadamente um dos entrevistados definiu a questão política como:

“(…) uma certa cessação da democracia (…) os meios formais da democracia estavam esgotados.” (Marco)

No sentido em que estes não tinham capacidade de dar resposta ao crescente descontentamento face às medidas que estariam a ser tomadas.

Relativamente à importância que esta conjuntura teve para o aparecimento dos movimentos, quatro dos entrevistados referiram que a própria conjuntura criou as condições para o surgimento do próprio movimento, ou seja, o próprio movimento surge do contexto:

“As razões do próprio movimento em si têm a ver com o facto de termos uma precariedade gigante (…) e do facto de as pessoas não terem noção do quão as suas condições de trabalho serem precárias.” (João Labrincha), ou seja, este criou a oportunidade para a mobilização; “(…) foi por isso que [o movimento] aconteceu, porque havia substrato para todas as manifestações e movimentos que existiram e que foram criados na altura.” (João Camargo)

Simultaneamente, derivada da situação económica e por falta de resposta dos canais institucionais de lidar com a situação, o movimento surge como uma resposta alternativa a estes canais, como surge, inclusivamente na literatura que afirma os movimentos sociais como forma de ação coletiva que emerge quando as instituições e organizações estabelecidas deixam de providenciar aos cidadãos canais de ação, bem como “direção” (Turner e Killian, 1972):

“(…) era necessário haver outra forma de demonstração dessa insatisfação, houve essa necessidade [de criar o movimento]” (Marco).

Podemos assim concluir, que no que concerne à nossa hipótese anteriormente formulada, *existe um sentimento de privação relativa, na forma de insatisfação, partilhado pelos criadores dos movimentos, sendo que este contribuiu para a sua*



*criação*, existia entre os membros fundadores dos movimentos entrevistados, à data da criação dos seus movimentos, um sentimento de descontentamento e insatisfação em relação ao contexto português. Neste sentido, e uma vez que, como vimos anteriormente a maioria dos entrevistados referiu a importância da conjuntura para a criação dos seus movimentos, podemos, e considerando que mesmo na literatura existem evidências desta dinâmica, a literatura aponta que existe uma probabilidade dos movimentos sociais emergirem de grupos que partilham, entre si, um sentimento coletivo de privação relativa (Morrison, 1971), privação esta que na forma de insatisfação e crença na possibilidade de melhoria das condições, potencia a participação (Fuks e Mendonça, 2015; Santos, 2006). Podemos, deste modo, afirmar que existem evidências que parecem apontar uma confirmação da hipótese.

## **2. IMPORTÂNCIA DO FACEBOOK PARA OS MOVIMENTOS**

### **2.1 Identidade coletiva de privação e o Facebook**

As profundas mudanças sociais, originadas por fenómenos como, por exemplo, a industrialização ou outras que produzam grandes diferenças na vida das populações, tendem a contribuir para uma alienação e isolamento dos indivíduos, esta alienação faz com que aqueles que se encontram marginalizados estejam mais vulneráveis aos apelos de mobilização por parte dos movimentos, pois vêm neste apelo uma forma de reintegração na sociedade (Kornhauser, 1959).

A identidade coletiva, ou seja, a conexão que existe a nível de crenças, a nível moral e emocional entre um indivíduo e a comunidade (Jasper e Polleta, 2001), é um fator explicativo com alguma relevância para o aparecimento dos movimentos sociais: sem este forte sentido de identidade comum entre os membros é irrisoriamente expectável que um movimento se venha a desenvolver (Hannigan, 1985). Por outro lado, o próprio desenvolvimento desta identidade coletiva compreende um processo cognitivo de *identificação*, ou seja, processo através do qual o indivíduo se percebe e alinha com o conjunto de crenças e atitudes de um movimento (Estrada e Hara, 2005).

Este processo de identificação associado à criação de uma entidade comum comporta duas problemáticas distintas, sendo a primeira a identificação e percepção de uma identidade comum que justifique o próprio desenvolvimento do movimento, mas, também, a necessidade de desenvolver uma narrativa em termos de comunicação externa que incentive ao processo de identificação de terceiros. No que concerne à segunda dimensão, a mesma vai ser abordada posteriormente nesta dissertação.

Relativamente à primeira dimensão parece, para ambos os movimentos, que a rede social Facebook não tenha tido um papel relevante na percepção da identidade coletiva por parte dos membros fundadores do movimento, ou seja, os meios através os

quais os membros fundadores foram construindo a sua identidade comum e a sua percepção de crenças partilhada que, posteriormente, levou à criação do movimento, não incluem o Facebook de forma direta.

No caso do movimento *Geração à Rasca* parece ter havido algum papel da rede social, no entanto não foi um papel central ou determinante. No caso deste movimento a percepção de identidade coletiva e a construção da mesma adveio, na verdade, de um momento muito específico, nomeadamente a interpretação por parte da banda *Deolinda* da música “parva que sou” que fala sobre a precariedade do mercado laboral:

“(…) há um momento em que os Deolinda lançam a música *parva que sou* que tem uma reação por parte do público (…) as pessoas levantam-se e manifestam-se literalmente, sentem-se identificadas com aquilo (…) o que nós fizemos foi perceber essa vontade de manifestação (…) essa percepção saiu do Facebook, das redes sociais, o Youtube, via Facebook, os vídeos dos Deolinda que foram partilhados.” (João Labrincha).

No entanto existe também uma parte da percepção que é feita pelas relações pessoais:

“(…) eramos quatro amigos, falávamos regularmente, cada um tinha os seus problemas profissionais, laborais, de situação familiar também laboral, portanto percebíamos que isto não era um problema só nosso, mas que era um problema da nossa geração e que já estava inclusive já a começar a afetar a geração dos nossos pais. (…) Para mim a percepção que tive foi com aquela música (…) as pessoas a ouvir aquela música pela primeira vez começam a aplaudir (…) levantando-se a aplaudir de pé a música, e isso não é uma reação normal as pessoas terem, e foi aí, pelo menos para mim, que houve a percepção de que havia um consenso social muito alargado sobre esta questão.” (Alexandre).

Apesar de o Facebook ter tido um papel na percepção partilhada de uma identidade comum, identidade esta que seria a crença na precariedade do mercado laboral, o descontentamento com as medidas de austeridade e a necessidade de mudança, este atuou apenas como meio intermediário no caso do *Geração à Rasca*, tendo a reação à música do grupo Deolinda e as relações pessoais dos membros fundadores do movimento tendo sido os fatores que mais contributo tiveram para a percepção dessa identidade.

No caso do movimento *Que se lixe a Troika!* o papel do Facebook parece ter sido ainda mais residual. No caso deste movimento, parece ter havido uma percepção de

identidade baseada também nas experiências de movimentos sociais que existiam na altura com reivindicações semelhantes:

“(…) tinha havido a experiência do *Geração à Rasca*, (…) e esse sentimento estava muito presente ainda, e além disso havia uma série de movimentos sociais na altura, *Os precários Inflexíveis*, o *15 de Outubro*, haviam várias experiências que tinham vindo a ser feitas (…) que também mostraram que havia mobilização nas ruas e organização contra a austeridade. (…) [Como é que houve essa percepção de que as pessoas iam aderir?] Pela adesão ao movimento (…) não sabíamos se ia ter sucesso ou não, sabíamos que havia condições para fazer isto, havia uma experiência anterior, havia descontentamento nas ruas e havia a possibilidade de criar uma mobilização que fosse inorgânica (…)”. (Marco).

No entanto houve uma parte desta identidade comum que foi percecionada, ainda que apenas depois da criação do evento no Facebook, tal como no movimento *Geração à Rasca*, através das relações pessoais dos membros:

“O Facebook foi muito importante, mas a manifestação foi convocada a partir do boca-a-boca (…) toda a gente estava a falar, também começou a aparecer muito nas redes sociais (…) (João Camargo)”.

Deste modo, no que diz respeito à hipótese *o Facebook ajudou os membros dos movimentos no que concerne à percepção da existência de uma identidade comum*, podemos concluir que o Facebook não teve um papel direto e preponderante na percepção de uma identidade comum, ou seja, o Facebook não foi a ferramenta que mais contribuiu para a percepção por parte dos membros fundadores dos movimentos de que existia, junto da população, uma identidade comum que justificasse a criação do movimento, mas tiveram sim um papel significativo as interações pessoais, um evento específico, no caso do movimento *Geração à Rasca*, a música da Deolinda, e a experiência observada de outros movimentos.

## **2.2. Importância percecionada**

Que o Facebook teve um papel relevante nos movimentos é factual, no entanto, especialmente depois da primavera árabe, caiu-se na tentação de romantizar o papel das redes sociais no panorama dos movimentos sociais. Não obstante, os fundadores dos movimentos têm uma visão mais realista e pormenorizada sobre o papel que a plataforma teve, no geral, para o movimento. Que teve importância é opinião unânime, sendo a expressão “essencial” ou “fulcral” a que mais sobressai. No entanto, a

importância relativa que esta plataforma terá tido gera algumas diferenças, com alguns subscrevendo uma visão mais otimista em relação à sua importância que outros.

Quando questionados sobre se podiam descrever a importância e papel do Facebook utilizando apenas algumas palavras as respostas foram semelhantes:

“Central, fulcral. Se não existisse o Facebook não tinha existido *Geração à Rasca* (...) na altura foi essencial”. (João Labrincha); “Foi essencial” (Marco); “Foi essencial (...) instrumentalmente indispensável” (Alexandre); “Foi muito importante para passar a palavra” (João Camargo); “Sem Facebook não tinha havido protesto” (Paula).

Esta importância percebida está em todos os discursos relacionada com a capacidade de abrangência do Facebook enquanto veículo de comunicação:

“Uma vez criada a página [evento] de Facebook, que era o meio de comunicação que nós tínhamos mais disponível e mais próximo (...) as redes sociais são muito importantes porque permitem que não só as pessoas do costume tenham acesso a essa mesma comunicação e oportunidade de transmitir ideias (...) as redes sociais foram muito importantes porque permitiam esse contacto inicial, permitiram que nos descobrissem, permitiram que os jovens que já tinham Facebook partilhassem e houve uma partilha gigante do protesto na altura (...) Permitiu-nos chegar aos órgãos de comunicação social, ao maior número possível de gente e de jovens que já tinham conta na rede e perceber que não estávamos sozinhos (...) mas teria sido impossível termos tido a abrangência de gente que tivemos se não fosse a comunicação social ter-nos contactado (Paula); “(...) havia uma ferramenta que nos permitia chegar a muitas pessoas de forma muito rápida (...) foi um veículo de transmissão rápida de informação e comunicação e uma plataforma que permitia chegar rapidamente a milhares de pessoas de forma instantânea” (Marco); “[importância do Facebook] (...) na criação não diria que teria, no desenvolvimento sim, naturalmente, era a melhor ferramenta de comunicação que nós tínhamos disponível na altura (...) Basicamente é ter uma ferramenta própria de comunicação porque, obviamente não chega a muita da gente que chega a imprensa, mas chega a muita gente” (João Camargo); “(...) foi essencial para chegar às pessoas, alias, foi essencial para chegar sobretudo a uma faixa etária mais jovem.” (Alexandre).

Conseguimos entender, de forma clara, que existe entre todos a percepção de que a rede social teve um papel importante para o movimento, chegando mesmo dois

dos fundadores do movimento *Geração à Rasca* a dizer que se não fosse pelo Facebook não existiria protesto e movimento. No entanto, nem todos partilham da mesma visão em relação ao papel que o Facebook teve no movimento, sendo que existe a percepção de que numa fase inicial o Facebook teve um papel decisivo, mas que este, *per si*, não contribuiu para o sucesso do movimento, sendo a cobertura dos órgãos de comunicação social apontada como um fator bastante fundamental:

“(...) a rede social foi fundamental, mas nós quisemos, acima de tudo, que isto acontecesse e para isso nós tínhamos a percepção que tínhamos de passar para lá das redes sociais (...) foi importante o contacto com alguns ativistas que já tinham alguma experiência (...) depois aproximar-nos dos media convencionais, da imprensa, eu acho que isso foi um dos principais fatores. As redes sociais foram importantes, a génese da coisa está nas redes sociais (...) mas foi muito importante também a [dinâmica] da imprensa e dos media convencionais.” (João Labrincha); “(...) a comunicação social também foi indispensável para chegar a pessoas que de outra forma não saberiam.” (Alexandre).

Deste modo, podemos concluir que o Facebook teve, de facto, um papel importante para os movimentos, principalmente nos primeiros momentos dos mesmos, ou seja, nos momentos de arranque, permitindo uma abordagem inicial, sendo que será especificado posteriormente o uso como meio de mobilização. No entanto, o Facebook não foi a única ferramenta estruturante usada pelos movimentos: a cobertura dos meios de comunicação social, o boca-a-boca e o apoio de outros movimentos/ativistas contribuiu também para o seu sucesso.

### **3. UTILIZAÇÃO DO FACEBOOK POR PARTE DOS MOVIMENTOS**

#### **3.1 Fonte de organização e comunicação interna**

Apesar do Facebook ter tido a importância já mencionada, e considerando o tipo de organização informal e hierarquicamente horizontal que seria de esperar de um movimento do género, a verdade é que o Facebook não teve um papel central na organização e comunicação interna do partido, pelo menos não no núcleo do movimento onde eram tomadas as decisões mais importantes.

Relativamente ao movimento *Geração à Rasca*, e uma vez que o movimento não era apenas geograficamente localizado em Lisboa, as exigências de coordenação e comunicação eram um pouco diferentes. No entanto, o Facebook apenas foi apontado por um dos membros fundadores como um mecanismo de relevo para essa dimensão, sendo que os restantes não o mencionaram:

“(…) a nossa comunicação Lisboa-Porto era conjunta (…) portanto houve algum esforço de coordenação, alguns *skypes*, basicamente alguma troca de e-mails, alguma troca, acima de tudo, de mensagens de Facebook. Depois com os outros locais, a nossa comunicação era falar com eles e perguntar se eles concordam com o manifesto, se concordassem nós mandávamos-lhes a nossa imagem corporativa, a nossa ‘marca’ (…) toda a coordenação com estes locais era muito pouca ou nenhuma (…)” (João Labrincha); “Em Lisboa basicamente a minha casa era a central de operações, estávamos todos os dias juntos. Houve eventualmente pessoas que começaram a querer organizar o protesto nas suas localidades, e nós basicamente demos liberdade total, com apenas a condição que aderissem ao manifesto (…) acho que só no Porto é que foi a única situação em que nós, o João, acho eu, foi diretamente lá para explicar o que nós estávamos a fazer (…)” (Alexandre); “(…) acho que foi bastante centralizado, tudo por email, tudo a nível de contacto escrito, tínhamos um blogue onde estavam disponíveis todos os cartazes para impressão, onde estavam disponíveis questões relacionadas com a precariedade e que poderiam surgir, e para que as pessoas pudessem saber também de que forma é que se enquadravam as suas questões, por telemóvel, as vezes quando fosse necessário algo mais rápido (…)” (Paula).

No que concerne ao movimento *Que se lixe a Troika!* o Facebook também teve um papel residual na organização e comunicação interna do movimento, sendo a maioria da comunicação e organização estabelecida através de reuniões, emails e chamadas:

“Nós tínhamos uma *mailinglist* fechada com as pessoas todas e estávamos em permanente comunicação (…) tudo por email e telefone, nós íamos discutindo por email o que íamos fazendo e como estavam as preparações para a manifestação, como é que estava a adesão ao evento [do Facebook], que imagens é que íamos partilhar (…) mas era muito email e muita mensagem” (Marco); “Nós preferencialmente tínhamos uma *mailinglist* em que as decisões todas ou o básico era tudo decidido em reuniões, tínhamos reuniões com alguma periodicidade, algumas vezes mais do que uma por semana(…)” (João Camargo).

Neste sentido, podemos afirmar que a rede social não terá tido um papel de significância considerável para a organização e comunicação que era feita internamente ao movimento, ou seja, a forma como os seus membros coordenavam o funcionamento e comunicavam entre si. Deste modo, no que concerne à hipótese *o Facebook foi a*

*fonte primária de comunicação e organização interna dos movimentos*, esta seria infirmada, uma vez que não se verifica a sua validade.

### **3.2 Fonte de comunicação e mobilização externa**

Apesar do Facebook não ter desempenhado um papel relevante na comunicação interna dos movimentos, não quer dizer que, por outro lado, não o tenha tido na comunicação externa dos movimentos, quer no que concerne à mobilização, quer no que concerne ao desenvolvimento da narrativa que visa fomentar um processo cognitivo de *identificação* junto dos seus apoiantes.

Também nos dois movimentos a utilização do Facebook como forma de mobilização de apoiantes e comunicação externa foi distinta. No movimento *Geração à Rasca* foi utilizada como veículo de 'propaganda', se é que podemos atribuir o termo:

“comunicação com os apoiantes através das redes sociais, aí é que as redes sociais foram importantíssimas, as pessoas começaram a fazer vídeos de promoção, cartazes, fotos, etc. e comunicavam connosco via redes sociais, nós também tínhamos um blogue onde íamos publicando a maior parte das coisas que nos enviavam (...) mas acima de tudo era no evento que estava criado [no Facebook] em que íamos comunicando e respondendo às perguntas (...) essa comunicação era feita pelas redes sociais, essencialmente” (João Labrincha).

Além disso era também utilizado como forma de aumentar a visibilidade através da dinamização e de estabelecimento da narrativa, através da partilha do manifesto e do enquadramento do movimento, estabelecendo as razões por detrás do movimento, os objetivos, e o facto de ser um movimento inorgânico:

“(...) a primeira coisa que nós fizemos, foi o João, foi criar uma página de evento no Facebook, escrevemos um pequeno texto a dizer o que queríamos ou porque estávamos a criar aquela manifestação e começamos a partir daí a contactar pessoas. (...) Depois foi contactar basicamente todas as associações de estudantes, todas as organizações e movimentos sociais que nós conhecíamos, mandar emails (...) em tudo o que fosse página do Youtube que falasse dos Deolinda ele punha um comentário a falar sobre o protesto, tudo o que fosse página do Facebook a falar sobre os Deolinda ele punha o protesto (...) íamos gerindo a página do Facebook para tentar convidar toda a gente, todos os nossos amigos eventualmente foram convidados, e a coisa foi crescendo a partir daí também com a exposição na comunicação social (...) fazíamos turnos no Facebook para estarmos

presentes e a dado momento algumas pessoas que eram mais ativas na página do movimento também elas próprias acabavam por tomar esse papel de quase moderador ou quase desmistificador (...)" (Alexandre).

No entanto, mais uma vez, é notória a presença dos meios de comunicação social, mais na qualidade de agente mobilizador e legitimador do movimento, do que propriamente enquanto veículo de enquadramento e de ajuda ao processo e *definição*.

No que concerne ao movimento *Que se lixe a troika!*, a utilização da plataforma, ainda que sobre os mesmos objetivos, foi um pouco distinta. Neste caso, os membros do movimento optaram não apenas por utilizar o Facebook como forma de enquadramento, também através da partilha do seu manifesto, mas optaram por dinamizar o evento através de uma estratégia baseada na resposta às medidas de austeridade que eram avançadas pelo governo:

"Os meios de comunicação que optamos por utilizar foram, essencialmente, o Facebook, contacto [os meios de comunicação social] e enviar comunicados de imprensa, e tentar ter, de forma permanente, comunicação nas redes sociais que fosse respondendo ao clima político que estava instalado. (...) Portugal em Setembro de 2012 era uma sucessão de anúncios do governo de medidas de austeridade (...) e o que nós tínhamos era que preparar sempre reações, reações a essas comunicações imediatamente nas redes sociais para também haver uma contra resposta à própria comunicação do próprio governo. (...) era ter comunicação contras as propostas do governo de forma imediata, assim que elas eram anunciadas, nas redes sociais. Era tudo muito com base no evento do Facebook, partilha do evento, partilha de imagens relacionadas com o evento, partilha de comunicação contra as medidas que o governo estava a implementar" (Marco).

No entanto, também no movimento era notório o envolvimento dos órgãos de comunicação social:

"Fazíamos comunicados de imprensa, basicamente, para anunciar manifestações ou iniciativas ou conferências de imprensa (...) tivemos o apoio de alguns movimentos (...) nós convidávamos pessoas que participavam em organizações (...)" (João Camargo).

No entanto, a utilização do Facebook comportou também alguns desafios, sendo o que mais foi apontado o facto da centralização da mobilização junto do evento do Facebook exigir por parte dos organizadores uma presença constante nas redes



sociais, com a necessidade de dinamização do debate, bem como a necessidade de mediar a própria discussão e de ter capacidade de resposta a todas as questões que vão sendo levantadas.

Não obstante, no que concerne à hipótese anteriormente formulada, *o principal meio utilizado pelos movimentos para a comunicação externa e mobilização tenha sido o Facebook*, podemos afirmar que a mesma poderá ser, parcialmente, confirmada, na medida em que se verifica um papel significativo na utilização do Facebook como fonte de mobilização de apoiantes. No entanto, teremos também de considerar o papel dos órgãos de comunicação social que foram também eles uma plataforma necessária, pois, como também foi referido, havia uma parte da população que não tinha acesso às redes sociais, e esses foram mobilizados, sobretudo, pelos órgãos de comunicação social. Tal como a própria literatura havia já apontado os movimentos necessitam também dos media tradicionais, estes não podem depender apenas dos novos media para atingir os seus objetivos: ao invés, precisam de uma combinação de estratégias e usar tanto os novos media como os media tradicionais (Cardoso e Neto, 2004)

Ainda assim, o valor ou importância do Facebook para a mobilização é claro, não só porque serviu a própria ferramenta como meio mobilizador, mas como permitiu chegar a um meio de comunicação mais tradicional, mas, também, mais abrangente. O Facebook permitiu que houvesse uma mediatização do evento através da plataforma, apesar de não ser o único fator responsável, que, por sua vez, passou para lá deste e chegou aos órgãos de comunicação social que tiveram, também eles, um papel bastante importante.

### **3.3 Papel de outros movimentos transnacionais**

No final do ano de 2010 iniciou-se uma vaga de movimentos revolucionários no norte de África e no Médio Oriente que ficaram conhecidos como Primavera Árabe. Estes movimentos chamaram a atenção não apenas pelo seu carácter inorgânico, mas pelo papel que plataformas digitais como o Twitter ou o Facebook tiveram na sua organização. Uma parte daquilo que são os repertórios de ação dos movimentos sociais de uma determinada época é passado de movimento em movimento também pela experiência dos movimentos que lhe antecederam, ou seja, os movimentos percebem os seus canais possíveis de ação através da observação de movimentos que lhes são contíguos; deste modo seria de esperar que a Primavera Árabe tivesse influenciado estes movimentos. O que se verificou, uma vez que foi unânime a afirmação de que estes movimentos tiveram, de facto, uma influência considerável nos movimentos que viriam a criar:

“(...) inspirei-me em tudo o que são movimentos sociais, mas há uma inspiração específica que é a primavera árabe, aí sim. Aí o modelo de redes sociais, de mobilização espontânea sem ligação a sindicatos, partidos e etc. Aí claramente que sim, inspirou-me aquilo que aconteceu na primavera árabe.” (João Labrincha); “Foram uma inspiração, inegavelmente, no sentido em que ninguém, que me lembre, tenha tentado organizar manifestações espontâneas, mesmo na altura das vigílias por Timor em 99’ (...) mas do ponto de vista da organização de uma manifestação sem qualquer apoio, que nasce, literalmente, de baixo (...) a Primavera Árabe mostrou claramente isso, que tu tens naquele momento uma capacidade potencial de agenda, de conseguir mudar alguma coisa”. (Alexandre); “(...) teve bastante influência, quanto mais não seja porque utilizamos os mesmos meios de comunicação, acho que nunca ninguém se tinha lembrado de utilizar plataformas de redes sociais para fazer uma oposição institucional política a uma situação que surge, e nesse sentido foi muito baseado na experiência deles.” (Paula).

No caso do movimento *Que se Lixe a Troika!* não só a Primavera Árabe teve influência no movimento, como o próprio movimento *Geração à Rasca* permitiu aos seus membros entender que havia capacidade de mobilização em Portugal:

“Sim, acho que todas as mobilizações que existiram antes do *Que se lixe a troika!*, Primavera Árabe, a própria *Geração à Rasca* (...) veio tudo criar uma dinâmica de que era possível confrontar estas medidas [de austeridade], e que sair à rua tinha sentido e que sair à rua tinha consequências, e acho que isso foi bastante importante para dar segurança e credibilidade a estes movimentos que surgiram nesta altura” (Marco); “Acho que faz tudo parte do mesmo período histórico, aliás, ainda estamos nesse período histórico, noutra fase, mas ainda muito a viver o que é o pós-crise 2007/2008, é o pós o que isso provocou em termos de colapso financeiro e resgate financeiro, crise das dívidas soberanas, primaveras árabes, também associadas a este processo, embora no norte de África, basicamente é um primeiro enfrentamento que existe entre quais é que são as prioridades dos países, se é o resgate das bancas ou o resgate dos povos, e acho que partilhamos isso em comum” (João Camargo).

Não obstante, a nível organizacional não existe evidência de uma influência significativa.

Deste modo, e no que diz respeito à hipótese *os movimentos anti austeridade, bem como os seus repertórios de ação, tiveram influência da experiência de outros*

*movimentos transnacionais, homólogos a estes*, podemos confirma-la parcialmente, ou seja, para os movimentos, no papel dos seus fundadores, existe uma clara influência dos seus precedentes, no que concerne à utilização de ferramentas como o Facebook como ferramenta de mobilização. No entanto, no que concerne à organização, uma vez que, até pela natureza das próprias reivindicações, existem diferenças substanciais nos movimentos, esta influência não é igualmente notoria. Ainda assim, é significativa a influência destes movimentos, principalmente, os seus repertórios de ação, neste caso o uso dos *social media* como ferramenta de mobilização de apoiantes.

#### **4. RESULTADO DAS OPORTUNIDADES POLÍTICAS E TECNOLÓGICAS**

É inegável o efeito que a conjuntura tem na sociedade, na maneira como vivemos, como nos relacionamos, mas, também, como agimos e pensamos. O Neoliberalismo instalado e o sistema capitalista moderno, vieram representar um retrocesso na democracia, afirma Crouch (2004). O autor acrescenta ainda que a crescente dependência da política pelo mercado leva a uma desproteção dos cidadãos e a um declínio do próprio estado social. Quando são estabelecidos cortes na providência aos cidadãos em prol do resgate financeiro da banca, as consequências são inevitáveis.

Os movimentos sociais e os seus repertórios de ação contemplam um tipo de participação que emerge do declínio da confiança nas instituições representativas tradicionais e institucionalizadas da democracia, ou seja, quando emerge uma crise de representação e das instituições democráticas, como o resultado de crises económicas severas derivadas das contradições do sistema económico capitalista global (Della Porta, 2015; Turner e Killian, 1972; Crouch, 2004; Siapera, 2017). Neste sentido, os movimentos sociais, incluindo os movimentos anti austeridade, são um tipo de participação política que emerge, deste modo, de uma perceção de que existe uma mudança ou ameaça na sua capacidade de controlo e de tomada de decisões (Tourraine, 2002).

Os movimentos sociais emergem do clima político e social no qual se encontram instalados. No entanto, estes são simultaneamente o resultado de uma disponibilidade de oportunidades tecnológicas: os movimentos sociais são atraídos pelo uso da internet na sua comunicação porque o uso desta lhes permite diminuir os custos, quando comparados com os de outras plataformas, mas, também, porque o próprio uso desta está inscrita na sua própria identidade e ideologia (Van de Donk *et. al*, 2004). Também nos movimentos em análise se verificou que as razões de maior relevo apontadas para explicar o nascimento dos movimentos foram, nomeadamente, a conjuntura política e também, em alguns casos, a disponibilidade do uso do Facebook:

“(…) A *Geração à Rasca* aconteceu porque nós soubemos surfar uma onda, é óbvio que essa onda existia por causa dos problemas económicos (…) há uma instabilidade política, o governo de Sócrates estava instável (…) foi falado entre nós que se devia fazer uma manifestação, ninguém tomava a iniciativa, devíamos ser nós (…) E então tivemos essa conversa [membros fundadores] e eu cheguei a casa e pensei ‘vamos a isto’, criei o evento e passadas poucas horas aquilo já tinha explodido” (João Labrincha); “(…) Nós vínhamos de um governo de José Sócrates que se tinha demitido e estávamos num período de intervenção da troika (…) havia uma certa cessação da democracia (…) as condições políticas eram muito extremas (…) Por fim, havia uma ferramenta que permitia chegar a muitas pessoas de forma muito rápida que seria o Facebook” (Marco); “(…) Ele [movimento] responde a uma necessidade política, a necessidade de haver um campo alargado (…) que representasse de alguma forma a recusa da inevitabilidade do processo de austeridade acelerada” (João Camargo); “Eu acho que houve três ou quatro fatores muito importantes na comunicação e na facilidade que nós tivemos em lançar o *Geração à Rasca*, primeiro era o fim do ciclo político do Sócrates e havia uma grande oposição à forma como o governo estava a ser liderado, a segundo foi logo no rescaldo da primavera árabe, e foi a primeira situação semelhante que surge na Europa (…)” (Paula).

Deste modo, e no que concerne à hipótese *os movimentos anti austeridade portugueses são o resultado, deste modo, das oportunidades políticas e tecnológicas*, podemos afirmar que existem evidências que podem confirmar a hipótese, apesar da importância da disponibilidade da ferramenta Facebook não ter sido referida por todos.

## V. CONCLUSÕES

O objetivo desta dissertação era o de fornecer uma caracterização do papel e importância da rede social Facebook para os movimentos anti austeridade portugueses, tendo por base a análise empírica da recolha de dados, feita através das entrevistas realizadas, e da pesquisa teórica de algumas das teorias centrais da disciplina dos movimentos sociais. Da análise dos dados foram retiradas algumas conclusões relativamente à forma como a plataforma foi usada pelos movimentos.

A primeira conclusão geral tem de ver com a importância da própria plataforma. O Facebook teve um papel consideravelmente importante para os movimentos, sendo descrito como essencial, uma parte imprescindível na criação e desenvolvimento dos mesmos, ferramenta sem o qual seria provável que estes movimentos não se tivessem consolidado. No entanto, o Facebook não pode ser considerada a única variável explicativa ou até mesmo a mais relevante no desenvolvimento destes. Os movimentos não são apenas uma consequência da disponibilidade da tecnologia, mas devem o seu surgimento, também, a uma conjuntura social, económica e política específica, que, aliada ao Facebook, pode ajudar a explicar parcialmente o seu aparecimento. Nomeadamente, uma instabilidade política, precariedade laboral acentuada, a adoção por parte dos governos de medidas de austeridade, com consequências sociais, e a interferência de organismos transacionais, aliadas a uma insatisfação geral.

Também o contexto internacional teve influência nos movimentos. Desde 2010 que irrompe uma vaga revolucionária de movimentos caracterizada pelo uso das redes sociais como plataforma de protesto, quer na comunicação e mobilização, quer na organização. Um dos fenómenos ficaria conhecido como Primavera Árabe. Esta onda de protestos acabaria por vir influenciar os fundadores dos movimentos anti austeridade portugueses, que vão inspirar-se nestes e incorporar a sua experiência nos seus repertórios de ação, nomeadamente, no que concerne ao uso do Facebook como ferramenta de comunicação e mobilização de apoiantes.

No entanto, e ao contrário do que aconteceu na Primavera Árabe, o Facebook não teve um papel de relevo na organização e comunicação interna dentro do movimento, sendo que foram utilizadas plataformas e meios de comunicação mais convencionais, como as reuniões presenciais, emails, telefonemas, entre outras. Também no que concerne à perceção de uma identidade comum por parte dos fundadores dos movimentos, não podemos afirmar que houve um papel importante do Facebook, sendo as relações interpessoais offline e, no caso específico do movimento *Geração à Rasca*, a reação à música da Deolinda, os fatores que mais parecem contribuir para essa perceção.

Não obstante, o Facebook teve um papel decisivo na comunicação externa dos movimentos e na sua capacidade de mobilização de apoiantes, sobretudo na sua primeira abordagem comunicativa, sendo um meio decisivo para atrair a atenção dos meios de comunicação tradicionais que foram, também eles, imprescindíveis para os movimentos. A plataforma foi um meio para atingir o fim da mobilização, pois se fosse apenas pelo Facebook os movimentos não teriam tido o apoio e o mediatismo que acabaram por ter: apesar de naquela altura já haver uma parte considerável da população cibernauta em Portugal com conta no Facebook, a verdade, como pudemos verificar, é que os meios de comunicação tradicionais tiveram um papel decisivo na mobilização de apoiantes. Os próprios movimentos acabaram por, numa fase seguinte, centrar muita da sua comunicação externa, para além das publicações no Facebook, nos comunicados e contactos com os *media mainstream*.

Podemos, em jeito de conclusão, afirmar que o Facebook teve, sem dúvida, um papel importante para os movimentos: no entanto esta dissertação advoga uma visão mais cautelosa no que concerne ao papel emancipatório das redes sociais para os movimentos, baseando-se na premissa de que este fenómeno já existia antes destas surgirem, e que é tentador cair na exacerbação do papel de novas ferramentas de comunicação quando estas começam a ser utilizadas pelos movimentos. No entanto, estes são o produto de um conjunto extenso de variáveis, sendo eles um fenómeno social, estando em constante evolução.

## VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Adorno, Theodor e Horkheimer, Max (1944). "The Culture Industry: Enlightenment as Mass Deception", em Meenakshi Gigi Durham e Douglas M. Kellner (org) *Media and Cultural Studies*, Blackwell Publishing Ltd.

Allwood, Carl (2012). "The distinction between qualitative and quantitative research methods is problematic". *Quality and Quantity*. 46:1417–1429.

Alshenqeeti, Hamza (2014). "Interviewing as a Data Collection Method: A Critical Review". *English Linguistics Research Vol. 3, No. 1; 2014*.

Anduiza, Eva *et al.* (2012). *Digital Media and Political Engagement Worldwide: A Comparative Study*. Cambridge University Press.

Ardèvol-Abreu, Alberto (2015). "Framing theory in communication research in Spain, Origins, development and current situation". *Revista Latina de Comunicación Social*, 70, pp. 423 to 450.

Balsiger, Philip e Lambelet, Alexandre (2014). "Participant Observation". Em Della Porta, Donatella, (ed). *Methodological Practices in Social Movement Research*. Oxford University Press.

Barber, Benjamin (2003). "Democracy and cyberspace: Response to Ira Magaziner. Which technology and which democracy?", Em Henry Jenkins e David Thorburn, *Democracy and new media*. Cambridge, MIT Press.

Bateson, Gregory (1972). *A Theory of Play and Fantasy*.

Bell, Judith (1997). "Seleção dos métodos de recolha de dados". Em Judith Bell, *Como realizar um projeto de investigação*. 1ª edição, Lisboa, Gradiva.

Bonchek, Mark S. (1995) "Grassroots in cyberspace: recruiting members on the Internet or do computer networks facilitate collective action? A transaction cost approach", *Apresentado no 53º encontro annual do Midwest Political Science Association, Chicago*.

Bourdieu, Pierre (1991). *Language and Symbolic Power*. Cambridge, Polity Press.

Bosnjak, Michael *et al.* (2007). "Determinants of online political participation in Croatia".

Cardoso, Gustavo e Neto, Pedro P. (2004). "Mass media driven mobilization and online protest: ICTs and the pro-East Timor movement in Portugal". Em Van de Donk *et al.*, *Cyberprotest: New media, citizens, and social movements*. London, Routledge.

Chong, Dennis e Druckman, James N. (2007). "Framing theory". *Annual Review of Political Science*. 2007. 10:103–26

Costa, António F. (1986). "A pesquisa de terreno em sociologia". Em Silva, Augusto S. e Pinto, José M. (ed) *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto, Afrontamento.

Castells, Manuel (2001). *A Era da Informação, Economia, Sociedade e Cultura Vol. II, O poder da Identidade*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Crouch, Colin. (2004). *Post Democracy*, Cambridge, Polity Press.

Dahl, Robert. (1971). *Polyarchy. Participation and Opposition*, New Haven-London, Yale University Press.

- Davies, James C. (1962). "Toward a Theory of Revolution". *American Sociological Review*, 27(1): 5–19.
- Diani, Mario e Eyerman, Ron (1992). *Studying Collective Action*. London, Sage.
- DeHart, Jean L. e Yang, Hongwei (2016). "Social Media Use and Online Political Participation Among College Students During the US Election 2012". *Social Media + Society*. Vol2, 1–18.
- Delican, Mustafa (2000). "Elite Theories of Pareto, Mosca an Michels". *Social politics Journal*, Vol 43,p. 323-336.
- Della Porta, Donatella (2015). *Social Movements in Times of Austerity: Bringing Capitalism Back into Protest Analysis*. Cambridge, Polity Press.
- Earl, Jennifer e Kimport, Katrina (2011). *Digitally Enabled Social Change*. Cambridge, MIT Press.
- Eyerman, Ron e Jamison, Andrew (1991). *Social movements a cognitive Approach*. Pennsylvania State University Press.
- Fromm, Erich (1941). *Escape from freedom*. Henry Holt and Company.
- Fuks, Mario e Mendonça, Clarice (2015). Privação relativa e ativismo em protestos no Brasil: uma investigação sobre o horizonte do possível. *Opinião Pública*, vol. 21, nº 3, p. 626-642.
- Gamson, William A., e Sifry, Micah (2013). "The #occupy movement: An introduction". *The sociological Quarterly*. Vol 54(2), p. 159-163.
- Gamson, W. e Wolfsfeld, G. (1993). *Movements and Media as Interacting Systems*. AAPSS, 528.
- Gamson, William A. (1982). *Talking Politics*. Cambridge University Press
- Gainous, Jason et. Al (2013). "Traditional cleavages or a new world: Does online social networking bridge the political participation divide?" *International Journal of Politics, Culture & Society*, 26, 145–158.
- Garrett, R. Kelly (2006). "Protest in an information Society: A Review of literature on Social Movements and New ICT's". *Information, Communication and Society*. 9(2), pp. 202-224.
- Geschwender, James (1964). "Social Structure and the Negro revolt: an examination of some hypotheses". *Social Forces Vol. 43. Pg. 248-256*.
- Gill, Anthony (1999). "Government regulation, social anomie and protest growth in latin america. A cross national analysis". *Rationality and Society*, Sage Publications. London. Vol. 11(3): p. 287-316.
- Goffman, Erving (1974). *Frame Analysis: An essay on the organization of experience*. Cambridge, Harvard University Press.
- Goodwin, Jeff e Jasper, James (2003). *The social movements reader: cases and concepts*. Blackwell Publishing.
- Gurney, Joan N. e Tierney, Kathleen J. (1982). "Relative Deprivation and social movements: A critical look a twenty year of theory and research". *Sociological Quarterly*, Vol. 23. P.33-47.
- Habermas, Jürgen (1975). *Legitimation crisis*. Boston: Beacon Press, 1975.



Hannigan, John (1985), "Alain Touraine and Manuel Castells 'Social Movement Theory'", *Sociological Quarterly*, 26(4): 435-454.

Hara, Noriko e Estrada, Zilia (2005). "Analyzing the mobilization of grassroots activities via the internet: a case study". *Journal of Information Science*, Vol. 31(6), pp.503-514.

Harlow, Summer (2011). "Social media and social movements: Facebook and an online Guatemalan justice movement that moved offline". *New media & society* 14(2) 225–243.

Hoffer, Eric (1951). *The True Believer: Thoughts on the Nature of Mass Movements*. Harper.

Honohan, Iseult (2017). "Liberal and republican conceptions of citizenship". Em Shachar, Ayelet *et al.*, *Oxford Handbook of Citizenship*. Oxford University Press.

Hosch-Dayican, Bengü (2014). "Online political activities as emerging forms of political participation: How do they fit in the conceptual map?". *Acta Politica* (2014) 49, 342–346.

Juris, Jeffrey (2008). "Anti-Globalization Movement". Em Vincent Parrillo, *Encyclopedia of Social Problems*, chapter: *Anti-Globalization Movement*. Sage Publications.

Klandermans, Bert e Roggeband, Conny (2007) *Handbook of Social Movements Across Disciplines*. Texas, Springer.

Koopmans, Ruud (1990). "Bridging the gap: The missing link between political opportunity structure and movement action". *Mobilization: An International Journal* 1 O(1): 19-33

Kornhauser, William (1959). *The Politics of Mass Society*. Routledge.

Kriesi, Hanspeter, *et al.* (1992) "New social movements and political opportunities in Western Europe". *European Journal of Political Research*, 1992, vol. 22, no. 2, p. 219-244.

Langman, Lauren (2013). "Occupy: a new "new social movement". *Current Sociology*.

Le Bon, Gustave (1895). *The crowd: A study of the popular mind*.

Leizerov, Sagi (2000) "Privacy advocacy groups versus Intel: a case study of how social movements are tactically using the Internet to fight corporations". *Social Science Computer Review*.

Lopes, Amandha (2014). "The impact of social media on Social movements: The new opportunity and Mobilizing Structure". Creighton University.

Marshall, Thomas (1950) *Citizenship and social class*. Cambridge University Press.

Manville, Philip B. (1990). *The Origins of Citizenship in Ancient Athens*. Princeton. Nova Jersey, Princeton University Press.

Manzini, Eduardo J. (1990). "A entrevista na pesquisa social". Didática.

McAdam, Doug, McCarthy, John e Zald, Mayer N. (1996). *Comparative perspectives on social movements: political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings*. Cambridge University Press.

McCarthy, John e Zald, Mayer (1977). "Resource Mobilization and Social Movements: A Partial Theory". *The American Journal of Sociology*, Vol. 82, No. 6., pp. 1212-1241.

McCloskey, Herbert (1968) "Political participation," Em Sills, David, *International Encyclopedia for the Social Sciences*. Nova York, Macmillan.

Morris, Aldon e Herring, Cedric (1984). "Theory and research in social movements: a critical review". *Political Behavior Annual*. Westview Press. Pg. 1-78.

Morrison, Denton E. (1971). "Some note Toward Theory on Relative Deprivation, social movements, and social change". *American Behavioral Scientist*. Vol. 14 (5): p. 675-690.

Mosca, Gaetano (1939). *The Ruling Class*. McGraw-Hill Book Company.

Olson, Mancur (1965). *The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups*. Harvard University Press.

Papacharissi, Zizi (2002). "The virtual sphere, The internet as a public sphere". *New media & society*, SAGE Publications. Vol4(1):9-27.

Pareto, Vilfredo (1935). *The mind and Society*. Nova York, Harcourt, Brace and Company.

Pasquino, Gianfranco (2002). "A participação política". Em Gianfranco, Pasquino *Curso de Ciência Política*. Principia, publicações universitárias e científicas.

Polleta, Francesca e Jasper, James M. (2001). "Collective identity and social movements". *Annual Review of Sociology*, 2001. 27:283-305.

Reyes-García, Victoria e Sunderlin, William D. (2011). "Why do field research?". Em Angelsen, Arild et. Al (eds). *Counting what counts: developing and using structured household surveys*. Londres.

Salter, Lee (2003) "Democracy, New Social Movements and the Internet: A Habermasian Analysis". Em McCaughey, Martha e Ayers, Michael *Cyberactivism: Online Activism in Theory and Practice*, Routledge.

Santos, (2006). *Horizonte do desejo: instabilidade, fracasso coletivo e inércia social*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

Schumpeter, Joseph A. (1947). *Capitalism, Socialism and Democracy*. Londres, Allen and Unwin.

Shirky, Clay (2011). "The political power of social media, Technology, The public sphere and political change". *The Graduate School of Political Management*.

Siapera, Eugenia (2017). "Reclaiming Citizenship in the Post-Democratic Condition". *Journal of Citizenship and Globalisation Studies*. Vol 1(1): pg. 24-35.

Snow, David e Benford, Robert (2000). "Framing processes and social movements: An Overview and Assessment". *Annual Review Sociology*, 2000. 26:611-39.

Snow, David et. all (1980). "Social Networks and Social movements: a microstructural approach to differential recruitment". *American Sociological Review*, 1980. Vol. 45: 787-801.

Tae-hyun, Kim (2000). "The impacts of the internet on social movement organizations' resource mobilization strategies". Dissertação para obtenção de grau de mestre. The Ohio State University

Tannen, Deborah (1993). *Framing in Discourse*. Oxford University Press.

Tarde, G. (1901). *L'opinion et la foule*.

Tejerina, Benjamín et. al (2013). "From indignation to occupation: A new wave of global mobilization". *Current Sociology* Vol.61(4) pg. 377-392.

Turner, Bryan (2013). "Contemporary citizenship: Four types". Em Said Arjomand e Elisa Reis, *Worlds of Difference*, Londres, Sage p. 230-251.

Van De Donk, Wim *et.al* (2004). *Cyberprotest: New media, citizens, and social movements*. Londres, Routledge.

Wilkinson, Paul (1971). *Social Movements*. Em *Key Concepts in Political Science*. London, Pall Mall Press.

Wright, Stephen (2001). "Strategic collective action: Social Psychology and Social Chagne". *Blakwell handbook of social psychology 4: 409-430*.



## VII. ANEXOS

### ANEXO A- Guião utilizado nas entrevistas semiestruturadas

#### Guião Entrevista

Entrevistado:

Idade:

Habilitações literárias:

Notas/movimento:

#### 1- Caracterização do papel do entrevistado no movimento:

- a) Antes de participar no movimento, já tinha tido alguma experiência de envolvimento político prévio (que não o voto)? (participação nalguma associação política ou cívica, membro de algum partido, envolvimento em sindicatos)
- b) A seu ver, a sua trajetória de participação política antes do movimento teve alguma influência/importância na participação do movimento?
- c) Qual ou quais o(s) movimento(s) AU em que participou?

#### 2- Perspetiva do entrevistado do período que antecedeu ao movimento e a sua posterior criação:

- a) Qual a sua perceção da situação em que Portugal se encontrava antes do movimento?
- b) Que fatores considera que mais peso tiveram na posterior criação do movimento (protesto) (falar sobre contexto social, económico e político de Portugal e recursos/oportunidades)?
- c) Como é que este surgiu? Grupo de amigos/conhecidos que partilhavam a mesma opinião/indignação?
- d) Como é que houve a perceção que mais gente partilhava das mesmas atitudes?

#### 3- Entender o passo seguinte, em termos de organização e mobilização:

- a) Quando decidiram avançar com o movimento qual foi a estratégia definida em termos de organização de protestos? Qual o meio de comunicação pelo qual optarão e por quê?
- b) Em termos de mobilização de apoiantes qual foi, novamente, a estratégia adotada e porquê?
- c) À medida que o movimento foi ficando maior e foi ganhando mais notoriedade, de que forma era feita a comunicação interna do movimento, ou seja, como é que comunicavam entre si os membros do movimento e de que forma é que era garantida a organização e coesão?

#### 4- Papel dos sindicatos e partidos de esquerda:

- a) Apesar dos movimentos definirem uma causa, até certo ponto, independente dos partidos, em que medida é que acha que o apoio dos partidos de esquerda e dos sindicatos foi decisivo para o sucesso do movimento em termos de mobilização e projeção?

**5- Perceção do papel do Facebook no movimento:**

- a) De que forma caracteriza o papel do Facebook, principalmente, e de outras plataformas digitais para o movimento?
- b) Na sua opinião, de que forma desreveria a importância que a plataforma teve na própria criação e desenvolvimento do movimento?
- c) Quais acha que foram as maiores facilidades e desafios que o Facebook e a sua utilização trouxeram para o movimento?

**6- Papel de outros movimentos semelhantes:**

Geração à  
Rasca  
Que se lixe  
a troika

- a) Em que medida é que os movimentos da primavera árabe?
- b) Na sua opinião, os movimentos da primavera árabe tiveram alguma importância na forma de agir do movimento?
- c) Em que medida é que os movimentos como o 15M, ou outro tipo de protestos/movimentos influenciaram a criação do movimento?
- d) Na sua opinião, os movimentos como o 15M tiveram alguma importância na forma de agir do movimento?

**7- Declínio**

- a) Porque razões considera que o movimento acabou por, com o tempo, perder força e eventualmente desaparecer?